

**RUA**

**APRENDENDO**

**A CONTAR**

PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

**Luiz Inácio Lula da Silva**  
Presidente da República

**José Alencar Gomes da Silva**  
Vice-Presidente da República

**Patrus Ananias**  
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Arlete Sampaio**  
Secretária Executiva

**Valdomiro Luis de Sousa**  
Chefe de Gabinete do Ministro

**Luziele Tapajós**  
Secretária de Avaliação e Gestão da Informação

**Rosilene Rocha**  
Secretária Nacional de Assistência Social

**Lúcia Modesto**  
Secretária Nacional de Renda de Cidadania

**Crispim Moreira**  
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**Ronaldo Coutinho Garcia**  
Secretário de Articulação Institucional e Parcerias

**RUA**

**APRENDENDO**

**A CONTAR**

PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Organização  
Júnia Valéria Quiroga da Cunha  
Monica Rodrigues

Brasília, dezembro de 2009

**Rua:**

**Aprendendo a contar**

Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

**Organização**

**Júnia Valéria Quiroga da Cunha**

**Monica Rodrigues**

**Coordenação Editorial**

**Marcelo Rocha**

**Projeto gráfico e editoração eletrônica**

**Alessandro Mendes**

**Revisão**

**Cristiane dos Santos Pereira**

**Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira**

**Katia Maria Belisário de A. Couto**

**Marina Pereira Novo**

**Roberta M. Rocha Barbosa Ferreira**

**Tatiane Dias**

**Tomás Nascimento**

**Fotos**

**Alderon Costa**

**Tiragem**

**500 exemplares**

**Impressão**

**Athalaia Gráfica**

---

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.-- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

240 p. : 30 cm.

ISBN 978-85-60700-34-9

1. Desenvolvimento social, Brasil. 2. População de rua, Brasil. 3. Política pública. Brasil.

CDU 316.344.7(81)

---

© 2009 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Todos os direitos reservados.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 412

70054-906 | Brasília | DF

Telefone: (61) 3433-1501

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

[sagi.dfaps@mds.gov.br](mailto:sagi.dfaps@mds.gov.br)

## **CADA HOMEM E A HUMANIDADE INTEIRA**

A rua é lugar de convivência, de encontros, de construção do coletivo. É também lugar de formação do público. Movimentos importantes de defesa de direitos, como a Campanha pelas Diretas e Anistia, foram feitos com o povo na rua. Mas há mulheres e homens para quem a realidade e o significado da rua é outro. É quando a rua torna-se significado de falta de opção, da perda da dignidade, da perda da esperança e, expressão doida da exclusão: lugar da invisibilidade.

A falta de moradia significou, por longos períodos, a falta de informações sobre essa parcela expressiva da população brasileira. Resultado dramático dessa situação é que o Estado ficou sem chegar justamente a esses mais necessitados, aos mais pobres entre os pobres. Por isso a importância que representa o trabalho que desenvolvemos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de promover a contagem da população com trajetória de rua, registrado nesta publicação. O que estamos fazendo é dar voz aos que vivem na rua, criar espaços para que sejam vistos e ouvidos de modo que faça diferença. Assim, quebramos algumas das barreiras que se interpõem contra a universalização do humano. E isso se faz procurando cada um, pois, lembrando Padre Lebrez, "o que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira". E essa trajetória, do singular (homem) ao universal (humanidade), passa pelo caminho do pertencimento nacional, lugar de referência para nos localizar no mundo.

Esse trabalho implica grandes desafios: resgatar a auto-estima e a dignidade de cada pessoa, na perspectiva mesmo de reconstrução de vida, esperanças e perspectivas. A partir do momento que damos visibilidade

aos problemas de toda a população, temos também de encontrar respostas para seus problemas, construir as soluções, estabelecer referências, abrir caminhos para alternativas. E se o tema é das grandes cidades, pede uma solução nacional de integração de políticas, o que estamos procurando fazer por meio do desenvolvimento de uma política nacional para população em situação de rua, em parceria com os governos estaduais e municipais, e buscando participação de entidades da sociedade.

Com isso queremos também colocar no passado um tempo havido em que a resposta ao problema da população de rua se resumia ao apelo muitas vezes angustiado de que era necessário "tirar esse pessoal da rua". Não raro, um apelo que acabava gerando mais desasossego para esse segmento do que qualquer outra coisa. Era uma forma de esconder o problema para longe. Ao mesmo tempo em que enfrentamos esse desafio, temos também um outro: o de promover o aperfeiçoamento das políticas públicas de modo a possibilitar o desenvolvimento pessoal e libertação do espaço da rua.

Ao aprender a contar, a gente coloca o problema diante dos nossos olhos. E nos responsabilizamos em oferecer respostas e construir soluções. O problema de cada homem e de cada mulher se apresenta como um problema nosso, um dano em nossa humanidade. Temos de chegar aos mais pobres entre os pobres justamente porque são os que mais precisam. E nos mandam sinais diários de suas vidas em constante perigo. Estamos aprendendo a ler esses sinais para mudar a realidade, recuperando a dignidade de cada um. Na rua, em casa em todos os lugares.

**Patrus Ananias**

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



## APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos a publicação "Rua Aprendendo a Contar – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua".

Esta obra materializa o resultado de um trabalho integrado desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

A realização do I Censo e da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua buscou atender, por um lado, uma justa demanda da sociedade civil, em especial, dos movimentos sociais que representam a população em situação de rua, por visibilidade e uma maior atenção do poder público; e de outro, a produção de informações para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) dirige a esse público os serviços relacionados à oferta de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Nesse sentido, os resultados da pesquisa aqui demons-

trada representam uma significativa contribuição para a qualificação e o melhor dimensionamento dos serviços de proteção a ela destinados. Considerando os desafios do tema e as demandas socioassistenciais da população em situação de rua, das iniciativas de política públicas do Governo Federal a ela direcionadas e da discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento institucional dessas políticas, esta publicação coloca em evidência as alternativas metodológicas implementadas para a realização do censo e da pesquisa sobre essa população.

Por fim, vale registrar nosso agradecimento especial a Laura da Veiga e Ana Lígia Gomes, sob cujas gestões teve início a exitosa cooperação que resultou nesta publicação. Temos a convicção de que se trata de importante iniciativa para o necessário e inadiável avanço das políticas públicas destinadas à garantia de direitos e à proteção social dos menos favorecidos de nossa sociedade e, por extensão, à construção de uma sociedade preocupada com a ampliação de direitos e a inclusão social de sua população.

**Luziele Tapajós**

Secretária de Avaliação e Gestão da Informação

**Rosilene Rocha**

Secretária Nacional de Assistência Social

...no da crise econô-  
...que já acertou em  
...a capital da Repú-  
...um deputado da  
...eral do Distrito Fed-  
...tra vaquinha com os  
...ritais para arrecadar  
...es e destinar a bolada  
...ntação de festivais de  
...cidade: O deputado e a  
...omuna à frente da iniciativa  
...com o partido

Fr...steiras,

...TU

...as projeções do Banco  
...iguais ontem, os  
...recreditam que os  
...associadores das campan  
...e as mesmo as empresas  
...do civil, um dos setores qu  
...do sobreviver à  
...tise. Outro muito  
...setor de alimento  
...que não pode fal

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

11 *De*

## TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Laura da Veiga  
Júnia Quiroga  
Marina Novo  
Cristiane Pereira

17 *De*

## ENXERGANDO O INVISÍVEL: DESAFIOS METODOLÓGICOS DE UMA (RE) CONSTRUÇÃO DO OLHAR

Flavio Silveira

41 *De*

## O OLHAR DO RESPEITO E DA ATENÇÃO NA PRODUÇÃO DE UM ENSAIO FOTOGRÁFICO

Alderon Pereira da Costa

65 *De*

## I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - SÍNTESE DOS RESULTADOS

Secretaria de Avaliação e  
Gestão da Informação | MDS

85 *De*

## A SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Sarah Escorel

111 *De*

**NOTAS SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA  
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTRATÉGIAS  
DE ADAPTAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA E O MANEJO  
DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO MEIO URBANO**

Maria Cecília Loschiavo  
dos Santos

**139** *Re*

**ELAS DA RUA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA  
E A QUESTÃO DE GÊNERO**

Júnia Quiroga  
Marina Novo

**157** *Re*

**POPULAÇÃO DE RUA: VIDAS E TRAJETÓRIAS**

Movimento Nacional  
de População de Rua

**173** *Re*

**O CAMINHO DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA  
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DE INDIVÍDUO A  
POPULAÇÃO**

Aldaiza Sposati

**193** *Re*

**VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO - A ATUAÇÃO DO  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
E COMBATE À FOME NO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO  
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Valéria Gonelli  
Fernando Chagas

**223** *Re*



## INTRODUÇÃO

Júnia Quiroga e Monica Rodrigues

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre agosto de 2007 e março de 2008, sendo executado pelo Instituto Meta. Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua distribuídas nas 71 cidades em que o levantamento foi conduzido. De envergadura inédita, o empreendimento expressa o arrojo do governo federal na área de políticas sociais.

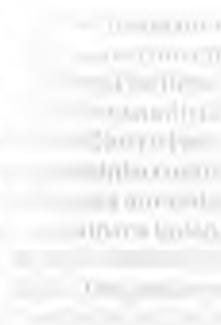
O censo envolveu a coleta de informações básicas de todos os respondentes e a realização de uma pesquisa mais aprofundada em uma amostra com cerca de 10% dos entrevistados. Além de responder à demanda de organizações sociais e de gestores públicos pelo maior conhecimento sobre as pessoas em situação de rua, a iniciativa demonstrou que, se adotada uma metodologia adequada, é possível mensurar e conhecer o perfil dessa população. A pesquisa proporciona a visibilidade desse grupo, contribuindo com a definição de estratégias e políticas específicas – por parte da gestão pública – e potencialmente com a redução do preconceito existente – por parte de uma sociedade que fica mais bem informada a respeito das características e dificuldades desses indivíduos.

Com este livro, buscamos qualificar a discussão já iniciada no lançamento dos resultados deste Censo e Pesquisa Nacional, em abril de 2008, e trazemos a tona um conjunto de análises temáticas que demonstram o potencial de utilização dos dados coletados. Assim,

reunimos especialistas no assunto e os convidamos para que escrevessem sobre alguns dos recortes possibilitados pelos dados: saúde, urbanização, gênero, cidadania. Porém, cientes da ousadia da realização da pesquisa, no que diz respeito às dificuldades metodológicas envolvidas, também integram o livro artigos que versam sobre a metodologia da pesquisa na ótica do MDS e do Instituto Meta, além de um artigo do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) que aborda tanto a discussão sob a ótica da cidadania, como sobre os arranjos metodológicos da pesquisa que contou com o acompanhamento do MNPR.

Assim, o livro se inicia com o artigo "Trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua" em que Veiga, Quiroga, Novo e Pereira discorrem sobre diversos aspectos metodológicos da pesquisa, como a identificação de estudos similares, nos quais o MDS se espelhou para construir a proposta metodológica do I Censo, e a descrição de detalhes da metodologia proposta e de sua aplicação. As autoras enfatizam que o sucesso da execução do trabalho deveu-se, em grande medida, ao estabelecimento de parcerias com diversos atores, sobretudo com entidades representativas das pessoas em situação de rua e órgãos gestores da Assistência Social nos municípios pesquisados.

O artigo de Flavio Silveira, "Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar", dialoga com o de Veiga, Quiroga, Novo e Pereira ao descrever os desafios enfrentados na aplicação da metodologia proposta, do ponto de vista de uma empresa de pesquisa. O primeiro grande desafio deveu-se à condição não domi-



ciliada da população em tela posto que, de praxe, institutos de pesquisa estão capacitados precisamente para pesquisas domiciliares ou em pontos de fluxo. A direção metodológica já havia sido dada pelo MDS, mas para cumpri-la de maneira exitosa, foi preciso aprofundar-se no tema e dedicar-se às especificidades por ele impostas. Aspectos como a pesquisa noturna, intempéries climáticas e dificuldades de localização são tratados neste artigo. Ademais, o autor descreve a importância que tiveram os treinamentos de equipes visto que essas mesclavam membros de equipes de abordagem de rua da Assistência Social com entrevistadores de mercado.

A temática do olhar é o ponto principal do artigo "O olhar do respeito e da atenção na produção de um ensaio fotográfico" de Alderon Costa. O autor apresenta as principais dificuldades e os desafios enfrentados para a construção do banco de imagens que ilustra este livro e, mais do que isso, que ilustra o principal objetivo da pesquisa, ou seja, apresentar quem são e como vivem as pessoas em situação de rua, dando visibilidade a um fato que muitas vezes nos negamos a enxergar.

Como o nome sugere, o artigo "I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - Síntese dos Resultados" apresenta de forma sucinta alguns dados importantes trazidos à luz, no que diz respeito às características sociodemográficas e econômicas desta população, seu perfil e trajetória nas ruas, informações sobre a existência ou não de vínculos familiares, seus hábitos de higiene e saúde, sobre a posse de documentos, o acesso a programas governamentais, discriminações sofridas, a participação em movimentos sociais, dentre outros.

A situação de saúde desta população é discutida de forma mais aprofundada por Sarah Escorel em seu artigo "A saúde das pessoas em situação de rua". A autora aponta que questões de saúde configuraram-se como razões possíveis tanto para a ida quanto para a permanência dessas pessoas na rua, apresentando as vulnerabilidades a que estão expostos, especialmente quando se trata de questões de alimentação, higiene e cuidados de saúde.

As dificuldades para a sobrevivência de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos exigem que essas lancem mão de estratégias diversas as quais são analisadas em "Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: Estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano". Nesse artigo, Maria Cecília Loschiavo dos Santos aborda diversos aspectos da dinâmica socioespacial da população em situação de rua nas cidades pesquisadas procurando compreender as estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. A autora analisa a exclusão do grupo pesquisado sob a ótica das cidades revanchistas, caracterizadas por uma relação de oposição ou mesmo "vingança" entre grupos sociais que leva à invisibilização ou a marginalização de uns em detrimento de outros. Na discussão proposta, a catação de materiais recicláveis é reconhecida e valorizada como estratégia de resistência e enfrentamento de uma lógica excludente que afeta diferentemente os grupos sociais.

Se é um fato que os grupos sociais são afetados de maneira diferenciada pela lógica excludente da sociedade, refletida entre outros aspectos nos processos de urbanização, também é uma constatação

que não há homogeneidade interna nesses grupos. As mulheres, por exemplo, compõem um dos subgrupos populacionais mais afetados por processos de marginalização social, e isso não é diferente entre aquelas que encontram-se em situação de rua. Junia Quiroga e Marina Novo, no artigo "Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero" mostram, com base nos dados coletados no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que a vida nas ruas muitas vezes potencializa este processo de marginalização e de vulnerabilização destas mulheres que se veem obrigadas a enfrentar as dificuldades de um cotidiano marcadamente masculinizado, preconceituoso e que se impõe de forma violenta sobre seus corpos e suas atitudes.

A despeito de todas as violações de direitos sobre as quais os artigos deste livro comentam, e que não esgotam as dificuldades enfrentadas pelo povo da rua, esses indivíduos têm alcançado o resgate de sua cidadania em diversos âmbitos. Na perspectiva do associativismo, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) é protagonista de uma trajetória de luta. O artigo "População de Rua: vidas e trajetórias", de sua autoria, disserta sobre o esforço de consolidação de um movimento capaz de traduzir a realidade das ruas de maneira propositiva e que realmente represente as angústias do povo da rua. O MNPR destaca a importância do levantamento realizado, cuja concepção e campo acompanhou de perto, ressaltando que a adequação dos serviços socioassistenciais para essa população depende – entre outras coisas – de que se conheçam as características do público a ser atendido. O artigo lança um apelo para que cessem

as frequentes violações de direito contra as pessoas em situação de rua e pela construção de políticas adequadas para esse grupo pelos três níveis de governo.

Aldaiza Sposati recupera referências históricas tanto internacionais como nacionais para abordar o fortalecimento do debate a respeito das pessoas em situação de rua e da necessidade de identificar o seu volume e características para a construção de políticas públicas efetivas. Bem como no artigo do MNPR, em "O Caminho do Reconhecimento dos Direitos da População em Situação de Rua: de indivíduo a população" a autora argumenta sobre a necessidade de um pacto federativo entre governos municipais, estaduais e federal para que se reverta a atual condição – e presença – das pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos.

Finalizando este livro, temos o artigo "Visibilidade e reconhecimento: a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no atendimento da população em situação de rua", de Valéria Gonelli e Fernando Chagas. Os autores fazem uma breve reconstrução do movimento de lutas pelos direitos dessa população e apresentam o processo de construção de políticas públicas para este público por parte do governo federal. Os autores demonstram como a população em situação de rua passou da condição de excluído à de sujeito social apto a intervir sobre as decisões que afetam suas vidas e, portanto, ator fundamental na construção de uma política nacional que responda a todas as questões sublinhadas de forma tão explícita ao longo deste livro.



# TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

**Laura da Veiga**

Doutora em Sociologia da Educação, Secretária de Avaliação e Gestão da Informação entre junho de 2007 e julho de 2009.

**Júnia Quiroga**

Doutora em Demografia, Diretora de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**Marina Novo**

Mestre em Antropologia Social, Técnica do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**Cristiane Pereira**

Mestranda em História Cultural, Técnica do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



## **D**ESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE UMA INICIATIVA AUDACIOSA

A iniciativa de realizar o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua decorreu de demandas dos movimentos sociais representativos dessa população (apontadas no Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em 2005), bem como do interesse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em discutir estratégias, levantar desafios e recomendações sobre a realidade desse grupo. Pretendia-se, ao realizar o levantamento, quantificar e conhecer um pouco mais a respeito do modo de vida e das características socioeconômicas<sup>1</sup> desse segmento, tendo como objetivo principal a formulação de políticas públicas dirigidas a essa população.

As indicações empíricas eram da tendência de maior concentração de pessoas em situação de rua em municípios mais populosos e nas capitais dos estados. Frente a isso, o universo da pesquisa foi definido e a pesquisa foi realizada em 71 cidades de todo o país, abrangendo 23 capitais (excluindo aquelas que contavam com levantamentos semelhantes – São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), além de 48 outras cidades com população superior a 300 mil habitantes<sup>2</sup>.

Diferentemente de outros estudos já realizados no país, a proposta metodológica do levantamento foi ir além do mero registro do número de pessoas em situação de rua. Procurou-se conhecer as características desses indivíduos em relação a um conjunto de aspectos considerados pertinentes para orientar a construção de políticas mais adequadas para o grupo em foco. Dessa forma, optou-se pela combinação da abordagem censitária – com a identificação do núme-

ro de indivíduos e a coleta de um conjunto de informações essenciais traduzidas em um questionário reduzido – e da abordagem amostral – com a coleta de um conjunto mais amplo de informações a partir de um questionário ampliado, aplicado a um em cada dez indivíduos identificados<sup>3</sup>.

A construção da metodologia apoiou-se na experiência de outras instituições que haviam realizado levantamentos censitários da população em situação de rua em São Paulo, Belo Horizonte e Recife (São Paulo, [200-]; Brasil, 2006; Recife, [200-]). O compartilhamento do conhecimento derivado das pesquisas anteriores foi importante. Contudo, vale ressaltar o caráter singular da iniciativa de procurar obter a cobertura simultânea dessa população em 71 cidades, distribuídas nas cinco grandes regiões do país<sup>4</sup>. A realização do censo permite a identificação das especificidades regionais ou municipais de maneira que possam ser traduzidas em estratégias políticas de intervenção com maior aderência ao perfil dos membros dos agrupamentos sociais de cada área, possibilitando também a comparação inter-regional de segmentos desse setor da população brasileira.

<sup>1</sup> A população em situação de rua não é incluída nos censos demográficos brasileiros e mesmo de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar.

<sup>2</sup> Estimativa populacional para 2004, de acordo a projeção dos dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

<sup>3</sup> Após a coleta das informações, a proporção de questionários extensos equivaleu a 10,4% das entrevistas. Esta proporção superior a 10% foi observada tanto nos locais de rua (10,3%) como nas instituições (10,7%).

<sup>4</sup> O levantamento foi realizado em seis municípios da região Centro Oeste, oito da região Norte, treze da região Nordeste, 36 da região Sudeste e nove da região Sul.

Deve-se ressaltar que o exame das experiências anteriores de censos realizadas em quatro municípios foi central para a antecipação das principais dificuldades com que se defrontaria um levantamento mais amplo. Tal aprendizagem foi relevante, por exemplo, na concepção da pesquisa e na elaboração do Termo de Referência que daria origem à contratação do trabalho. Dentre outros elementos observados nessas outras pesquisas, destacam-se os critérios múltiplos para definir, por exemplo, a localização e a identificação dos indivíduos em situação de rua e os horários prioritários para abordagem. A mobilidade dessa população, inclusive no período noturno, impõe que o levantamento das informações seja realizado no menor período de tempo possível, para minimizar a dupla contagem. Assim, a estimativa do tamanho das equipes de campo pautou-se na expectativa do MDS de que as entrevistas fossem realizadas em apenas uma noite em cada grande área de concentração de pessoas em situação de rua. Ademais, como precaução para reduzir os efeitos da mobilidade sobre a dinâmica e configuração das ruas, recomendou-se que a coleta de dados não fosse realizada em feriados ou datas festivas, finais de semana, no inverno ou em datas próximas ao fim de ano.

Além de considerar os desafios impostos pela mobilidade, foi importante antecipar especificidades para o contato com essas pessoas, na rua ou em instituições. Nas experiências de caráter municipal, utilizadas como referência, os contatos prévios com representantes de redes de apoio às pessoas em situação de rua se revelaram profícuos para facilitar a “entrada” a grupos ou a instituições.

O MDS, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

(SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), juntamente com a empresa contratada por via licitatória para realizar a pesquisa (Meta Instituto de Pesquisa de Opinião), cientes da complexidade que envolve uma pesquisa com um segmento tão diversificado como este e com características tão próprias, promoveram discussões aprofundadas sobre os referenciais teóricos para o estudo, assim como sobre os procedimentos metodológicos que orientaram as etapas do estudo. Todo o processo contou com a participação ativa de movimentos sociais e organizações interessadas que atuam junto à população em situação de rua.

Um alerta inicial se fez necessário para o entendimento correto da pesquisa: a adequada interpretação dos resultados requer que se observem as definições teóricas adotadas e a sua tradução nos conceitos operacionais utilizados. Portanto, era de se esperar que houvesse diferenças entre estudos similares que tenham recorrido a outro referencial teórico-operacional ou que utilizaram orientações metodológicas diferentes tais como as que permitem identificar o público alvo de uma pesquisa. Uma das preocupações do MDS ao realizar o levantamento nacional foi garantir a comparabilidade entre os resultados encontrados para cada um dos municípios visitados.

Norteadas por estas preocupações de caráter metodológico e um segundo conjunto de considerações de natureza ética (respeito à população em situação de rua, redução ao mínimo do tempo de abordagem para coleta de dados das pessoas nos pontos de pernoite, dentre outras), foram adotados procedimentos metodológicos cuidadosos, reconhecidos na literatura especializada sobre pesquisa social, que

incluiram, dentre outros, os seguintes componentes: definição compartilhada dos conceitos entre especialistas e representantes dos movimentos sociais representativos desta população; demarcação de zonas de ambigüidades conceituais; pré-teste; apoio de educadores sociais e membros dos movimentos para facilitar a abordagem da população em pauta e agendamento antecipado para visitas e coleta de dados nas instituições de albergamento.

## **PESANDO CONCEITOS: QUEM É E ONDE ESTÁ**

### **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA?**

O ponto de partida para a delimitação do público alvo dessa pesquisa, tendo em mente as considerações apontadas anteriormente, foi a definição utilizada pela SNAS/MDS segundo a qual “a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (BRASIL, 2006, p. 24).

Por não se tratar de uma pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de rua – o que exigiria outra abordagem – o público pesquisado foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais. As crianças e adolescentes em situação de rua somente foram contabilizadas quando o adulto entrevistado declarou ser responsável por alguma criança ou adolescente na rua ou em alguma instituição.

Para a realização deste trabalho o termo “rua” foi considerado em sentido amplo, incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência e que poderiam servir desta forma, como abrigo. Portanto, a “rua” incluiu, por exemplo, espaços públicos como parques e praças, ou privados como prédios e depósitos abandonados.

Além disso, tendo em vista que grande parte dessa população encontra-se em instituições de pernoite, a população assim abrigada também foi abordada. As instituições visitadas abrangeram espaços com denominações variadas e que oferecem pernoite gratuito, ou por



preços simbólicos, para a população que dorme na rua. Tais espaços são geralmente mantidos pelo poder público, mas podem também ser subsidiados por ONGs, igrejas, organizações filantrópicas privadas etc. Desta forma, foram visitados na pesquisa, albergues, abrigos e casas de passagem ou de apoio<sup>5</sup>. Além destes espaços, a pesquisa também foi realizada em outras instituições que recebem pessoas em situação de rua, como é o caso de hospitais e clínicas, ou mesmo casas de convivência.

Tendo em vista a definição da SNAS, referida anteriormente, quanto à identificação de quem integra a população em situação de rua, também foram consideradas nesta pesquisa aquelas pessoas que têm casa própria, alugada ou de parentes no interior ou em local afastado do centro da cidade e que por motivos de trabalho dormem na rua uma ou mais vezes na semana. Todavia, foram tomadas as devidas precauções para diferenciar este segmento da população que adota a rua apenas como seu local de trabalho.

Também foram consideradas pessoas que constroem estruturas de plástico, papelão e madeira em áreas públicas ou em áreas privadas abandonadas que não configuram ocupações organizadas de prédios ou de terrenos.

Por outro lado, para efeito desta pesquisa, não foram consideradas pessoas em situação de rua aquelas que ocupam prédios abandonados há mais de cinco anos com características de razoável estruturação (divisórias de alvenaria, uso de luz elétrica, equipamentos domésticos etc.). As pessoas residentes em áreas de favelas também não foram incluídas na amostra pesquisada, exceto as que estives-

sem em áreas situadas nas cercanias da favela como, por exemplo, nas partes baixas do chamado "pé do morro" em que a favela é localizada, nas quais as pessoas encontram abrigo em locais caracterizados como "rua", no sentido amplo adotado nesta pesquisa.

Os chamados programas de "aluguel social" e os beneficiários dos programas de "pensão social" também não foram incluídos<sup>6</sup>.

Além destas definições, em termos operacionais gerais, a principal forma utilizada para distinguir as pessoas em situação de rua das demais foi a seguinte questão: "Onde costuma dormir?". Esta era a primeira questão do questionário e serviu como filtro, ou seja, como forma de selecionar os componentes da população em situação de rua. Quando o entrevistado respondeu que costuma dormir na rua, calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, praia, barco ou em outro local que pudesse ser caracterizado como "rua" ou albergue, abrigo, casa de passagem, ou outra instituição que acolhe pessoas em situação de rua, a entrevista prosseguiu. Quando a pessoa abordada respondeu que estava circunstancialmente dormindo na rua (porque bebeu muito, brigou com o cônjuge ou com um familiar, perdeu o ônibus para retornar ao interior etc.) ou quando respondeu que estava apenas trabalhando ou passando naquele local e depois voltaria para sua residência, o questionário foi encerrado por não cumprir com os

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre as definições destes espaços, cf. BRASIL, s/d.

<sup>6</sup> Tais programas consistem na concessão de benefícios financeiros exclusivamente destinados ao subsídio para pagamento de aluguel ou equivalente por períodos determinados para as pessoas em situação de rua com pouca adaptação aos serviços de moradia.

critérios definidos previamente para a conceituação da população em situação de rua.

Outro filtro utilizado foi a idade. Conforme expresso anteriormente, o foco da pesquisa era investigar a situação de adultos de rua, e não de crianças e adolescentes que estivessem nesta situação. Dessa maneira a entrevista somente prosseguiu quando a pessoa entrevistada declarou ter acima de dezoito anos de idade.

#### **OPERACIONALIZAÇÃO PARTICIPATIVA DA PESQUISA**

Para que a pesquisa ocorresse da melhor forma possível, o MDS representado pela SNAS e SAGI, buscou ao máximo a participação dos interessados (gestores, movimentos, organizações e associações) e a contribuição de especialistas que haviam realizado estudos similares. Assim sendo, os gestores municipais da Assistência Social foram informados sobre todo o processo, desde a contratação da empresa vencedora do processo licitatório até o momento das visitas da pesquisa de campo.

Foram realizadas três oficinas com os técnicos do Ministério envolvidos na elaboração das metodologias da pesquisa. Essas oficinas versaram sobre a realização de pesquisas similares, que ocorreram em São Paulo e Belo Horizonte. A primeira contou com a participação da pesquisadora Sílvia Schor (FIEP/USP), a segunda com as pesquisadoras Regina Coeli e Maria Cristina Cesarino (PUC- MG) e, a terceira, com coordenadores de levantamentos municipais semelhantes (Belo Horizonte e Recife), representantes de entidades relacionadas ao

tema, representantes de Secretarias Municipais de Assistência Social ou equivalentes (Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife), representantes do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social e do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais da Assistência Social, além de técnicos do MDS e do Instituto Meta.

Todas as secretarias municipais responsáveis pela gestão local da política de assistência social dos municípios visitados foram contatadas sobre a realização da pesquisa e foi solicitada a indicação de um técnico de referência, que ficou responsável por receber o coordenador municipal da pesquisa e fornecer as informações necessárias.

Após as discussões das oficinas, concluiu-se a formulação da primeira versão dos instrumentos de coleta de dados, que foram testados em uma amostra piloto formada por 60 entrevistas, realizadas em três capitais de regiões diferentes do país.

Outra oficina foi realizada no dia 23 de agosto de 2007, reunindo além dos técnicos do Instituto Meta e do MDS, representantes dos movimentos sociais e associações que atuam em defesa dos interesses da população em situação de rua (Movimento Nacional da População de Rua, Associação Rede Rua, Organização de Auxílio Fraternal, Pastoral do Povo da Rua e Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável). Nesta oficina foram apresentados o planejamento do trabalho de campo e os instrumentos elaborados, e foram debatidas as formas de participação dos movimentos sociais na pesquisa.



VOL



0 10



MIC



GUIT



TON



0 10



ON

LX 40

MULTI-USB





Após a análise dos resultados do pré-teste e com a versão final dos instrumentos, foi feito o treinamento dos profissionais selecionados para coordenar a pesquisa. Este treinamento dos coordenadores foi presencial, ministrado pela equipe de coordenação do trabalho de campo, formada por representantes da empresa, com a participação de representantes do MDS e dos movimentos sociais relacionados com a população em situação de rua. Além de aspectos gerais, foram discutidas questões específicas deste trabalho, como a definição do conceito de população em situação de rua, hábitos, linguagem, códigos de conduta e as peculiaridades das pessoas desta população, as formas de abordá-las e a segurança dos entrevistadores.





Neste momento de treinamento foi fundamental a participação de representantes dos movimentos sociais e organizações para transmitir aos coordenadores, supervisores e pesquisadores experiências sobre a situação de rua, características desta população e as formas mais adequadas de abordagem. Estes atores também auxiliaram a efetivação da pesquisa disponibilizando sua rede de contatos de pessoas em situação de rua e ex-moradores de rua para auxiliarem no trabalho de campo, ajudando desde o mapeamento dos pontos de pernoite até a localização efetiva das pessoas nos dias de realização da pesquisa. O trabalho de campo teve atividades preparatórias de grande importância, que consistiram no mapeamento dos pontos de pernoite da população em situação de rua em cada cidade.

A fim de facilitar a coleta de dados, o coordenador de campo da pesquisa em cada cidade estabeleceu contato com as instituições que realizam algum tipo de trabalho com esta população, sejam elas as secretarias municipais de assistência social ou setores das prefeituras municipais responsáveis pelo atendimento aos moradores de rua, ONGs, associações e cooperativas de catadores de material reciclável, igrejas, pastorais, albergues e abrigos.

Os secretários de assistência social, ou os seus equivalentes, das cidades selecionadas receberam um ofício do MDS explicando os objetivos da pesquisa e solicitando a sua colaboração. O Ministério também forneceu ao Instituto Meta um cadastro de entidades com atividades relacionadas às pessoas em situação de rua. Além das indicações feitas pelo MDS, o coordenador buscou outras fontes de informação em cada cidade, fazendo uma relação exaustiva de to-

dos os albergues, abrigos, casas de passagem, clínicas, hospitais e outras instituições que pudessem ser visitadas na cidade em que estava responsável. Depois, estabeleceu contato com os representantes destas instituições para informar a realização da pesquisa e planejar o levantamento nestes locais.

Auxiliados por profissionais das entidades articuladas e por moradores e ex-moradores de rua, os coordenadores localizaram no mapa das cidades os pontos de pernoite da população em situação de rua. Nesta etapa do trabalho foram tomados certos cuidados metodológicos e procedimentais para a localização destas pessoas (em prédios abandonados, locais de difícil acesso, galerias subterrâneas, vãos existentes em viadutos e pontes, entre outros), que muitas vezes não são percebidas aos olhares dos transeuntes.

Os coordenadores percorreram as ruas da sua cidade durante a noite e madrugada e, com base nas informações levantadas e nos parâmetros da equipe central de coordenação do levantamento, foi feito o mapeamento dos pontos de pernoite. Uma vez concluído o trabalho de mapeamento, foi elaborado o roteiro do percurso das equipes de campo, indicando detalhadamente as ruas e os locais atribuídos a cada equipe.

O mapeamento incluiu o dimensionamento do tamanho desta população. Com base nas estimativas sobre o provável tamanho da população em situação de rua na cidade, além da quantidade dos pontos de pernoite, albergues, abrigos e outras instituições e na dispersão geográfica destes pontos, foi dimensionado o tamanho da equipe de pesquisadores e os subgrupos que realizariam os percursos de cada noite.

Após o período preparatório, foi iniciada a fase do trabalho de campo propriamente dito, que consistiu na aplicação dos questionários em todos os locais que haviam sido mapeados. O trabalho de campo foi conduzido entre os meses de outubro de 2007 e janeiro de 2008 e foi organizado com base em uma estrutura formada pela coordenação central da pesquisa, por coordenadores de campo para cada cidade ou grupos de cidades próximas, supervisores de campo, entrevistadores e pessoal de apoio.

Cabe ressaltar a participação de moradores e ex-moradores de rua, educadores sociais, agentes de ONGs, membros de pastorais entre outros profissionais que trabalham com a população em situação de rua também nesta etapa da pesquisa. Contatadas pela coordenação da pesquisa em cada cidade a partir da sugestão de entidades, pastorais, Movimento Nacional População de Rua, estas pessoas auxiliaram as equipes de pesquisa durante todo o levantamento realizado, mostrando-se centrais para facilitar o acesso e abordagem às pessoas entrevistadas.





### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi apresentar algumas das especificidades e os principais desafios enfrentados para a construção de um Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, assim como as atividades desenvolvidas pela equipe do MDS para enfrentá-los e assim contornar dificuldades que pudessem comprometer o estudo que havia sido demandado pelos representantes desse segmento da população brasileira.

Dentre os pontos destacados anteriormente vale ressaltar três:

(1) O primeiro tem a ver com as dimensões éticas de abordar pessoas já expostas a inúmeras situações de fragilização e de estigmatização social, além da evidente violação de seus direitos. Os representantes da população em situação de rua no I Encontro Nacional e em outros fóruns expressaram muito claramente as razões que os levavam a demandar que o poder público fizesse o censo. Dentre elas, estava romper a "invisibilidade social", manifesta em primeiro lugar pela ausência de registros oficiais sistemáticos sobre suas condições de vida, perfis, necessidades e problemas. A segunda expressão da "invisibilidade social" é aquela que se expressa nas relações cotidianas nos centros urbanos entre este segmento e os outros agrupamentos que compartilham os espaços públicos – a rua sendo o principal deles. Portanto, foi fundamental construir uma convergência de olhares e percepções das equipes que desenharam e implementaram a estratégia de abordagem de campo e aqueles que iriam fornecer as informações sobre suas condições de vida. Daí a centralidade da participação dos representantes da população em situação de rua e da seriedade das equipes

de pesquisa em identificar situações delicadas e muitas vezes conflitivas e antecipar procedimentos lastreados no respeito.

(2) O segundo ponto a ser enfatizado refere-se às condições em que ocorria a abordagem para a coleta de dados. Como decorrência da mobilidade das pessoas que vivem em situação de rua, a aplicação dos questionários foi realizada no período noturno e os entrevistadores muitas vezes acordaram as pessoas para responder perguntas. A taxa de recusa foi menor do que a esperada, como mostram os resultados da pesquisa. Para tal, algumas decisões importantes tiveram que ocorrer ainda na fase de planejamento. Dentre elas, a de uma extrema parcimônia sobre o que iria ser perguntado para evitar que os respondentes fossem perturbados por questionários longos e demorados.

(3) O terceiro está relacionado ao conteúdo das perguntas. Como foi mencionado anteriormente, o conhecimento sistematizado disponível sobre a diversidade do segmento da população em situação de rua era escasso. Os depoimentos dos seus representantes e a experiência dos especialistas que haviam realizado pesquisas em Belo Horizonte e Recife, principalmente, constituíram a base para orientar a seleção das dimensões analíticas que se traduziram nas perguntas sobre condições de vida. Além dessas, procurou-se ter um conjunto mínimo de indicadores socioeconômicos, similares aos utilizados nos censos domiciliares promovidos pelo IBGE para permitir as comparações com os demais segmentos da sociedade brasileira. Finalmente, foram incluídas perguntas de acesso a serviços básicos ou de atenção do poder público.

O empreendimento não foi tarefa fácil e, exatamente por isso, esteve sempre sujeito a debates e discordâncias. Mas a busca de consensos orientou a todos aqueles que se envolveram com o trabalho. Trata-se de uma experiência ímpar e pode-se dizer exitosa, especialmente pelos esforços efetuados em todo o processo de construção da pesquisa, no sentido de proporcionar o debate e a participação dos principais atores interessados e envolvidos com a temática da população em situação de rua, além da identificação de aspectos importantes tais como a heterogeneidade do segmento desta população, tempo de permanência nas ruas, situações de discriminação, saúde dentre outros, que são temas trabalhados nos demais artigos deste livro.





**BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Texto Base para subsidiar acordos e convênios internacionais.** Departamento de Benefícios Assistenciais, do MDS: Brasília. s/d.

ENCONTRO NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 1, 2005, Brasília, DF. **Relatório.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

RECIFE (Cidade). Secretaria de Assistência Social. Instituto de Assistência Social e Cidadania. **População em situação de rua na cidade de Recife: censo e análise qualitativa.** Recife: IASC, [200-]. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>. Acesso em: abr. 2008.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003.** São Paulo: FIPE, [200-].

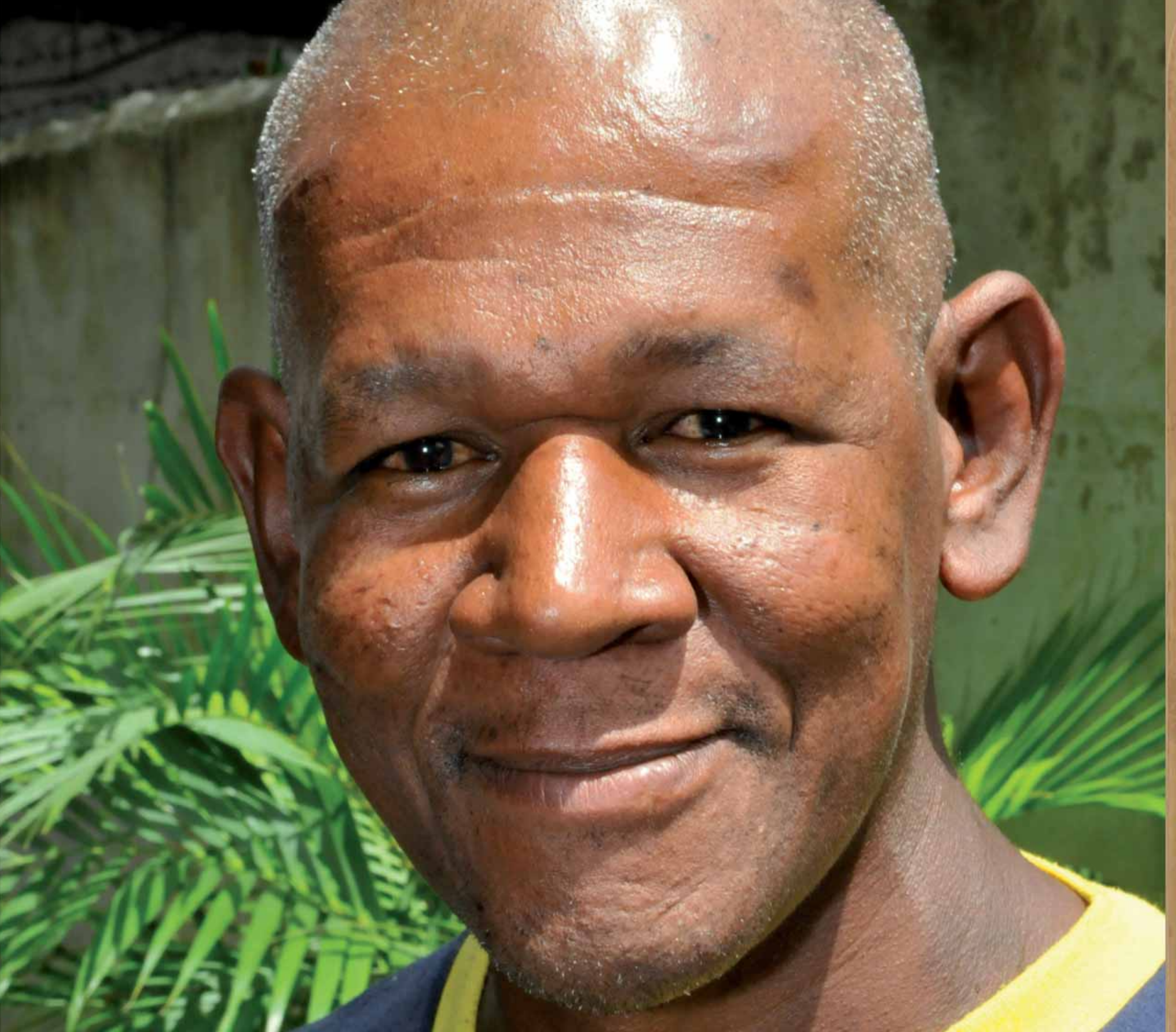
SILVEIRA, Flávio. **Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar.** In BRASIL. **Rua: aprendendo a contar.** Brasília, MDS: 2009.



**Santo Antônio**  
**Pão dos Pobres**







# ENXERGANDO O INVISÍVEL: DESAFIOS METODOLÓGICOS DE UMA (RE) CONSTRUÇÃO DO OLHAR

**Flavio Silveira**

Diretor do Instituto Meta, Coordenador Geral da execução da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

Adesivo para Carro  
Foto Gigante  
Impressos em Geral  
3242 1538/3

POPULAR

CREM  
Lanche  
POPULAR

POPULAR

POPULAR

POPULAR

**A** realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua foi um grande desafio. Institutos de Pesquisa estão acostumados a realizar levantamentos de dados em domicílios previamente estabelecidos ou em pontos de fluxo, com a seleção de entrevistados, segundo características sociodemográficas de um universo conhecido. No caso desta pesquisa, o universo a ser investigado era totalmente desconhecido, além de apresentar características muito específicas: a população que vive nas ruas costuma se deslocar na cidade - torna-se socialmente "invisível" - e os espaços em que se encontra são também, muitas vezes, imperceptíveis ou de difícil acesso.

Para distinguir as pessoas em situação de rua e localizar os espaços em que elas se encontram e também para que fosse possível realizar um levantamento abrangente, foi preciso enfrentar problemas metodológicos, operacionais e logísticos, relativamente complexos.

#### **CUIDADOS METODOLÓGICOS PARA A LOCALIZAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO NÃO DOMICILIADA**

O primeiro problema metodológico relevante refere-se à ausência de residência fixa convencional e à elevada mobilidade desta população nos espaços urbanos. A unidade domiciliar constitui referência básica para a localização dos entrevistados em levantamentos censitários comuns. A ausência dessa referência exigiu o esforço de desenvolvimento e aplicação de outras estratégias e metodologias.

Baseado em experiências anteriores (SÃO PAULO, [200-]), pensou-se inicialmente em realizar um levantamento rápido ao estilo "varredura". Esta idéia implicava em dispor estrategicamente equipes volumosas de entrevistadores para percorrer as áreas em que dorme esta população no menor tempo possível. Estimava-se realizar o censo nas cidades menores em apenas um dia. Nas cidades mais populosas estavam previstos de dois a quatro dias, sendo observados, nesses casos, cuidados especiais de estabelecer para cada noite percursos relativamente distantes, situados em locais entre os quais se tornaria pouco provável o deslocamento dessas pessoas.

Esta estratégia é considerada apropriada para uma contagem de pessoas em situação de rua, já que é improvável que se consiga evitar as duplicações das enumerações quando os entrevistadores retornam aos mesmos locais já investigados. Os entrevistadores podem ter dificuldades para distinguir as pessoas já contadas das que ainda não o foram. Por isto, a opção seria de contar as pessoas em apenas uma noite ou, no caso da utilização de mais noites, escolher percursos distantes um do outro para cada noite.

Todavia, conforme relatado no artigo de Veiga et al (2009) deste livro, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi feita por meio da aplicação de questionários a todos os recenseados (excetuando apenas os casos de recusa), diferentemente da metodologia adotada nas pesquisas feitas em São Paulo, por exemplo (SÃO PAULO, [200-]). A existência de questionários padronizados possibilita a utilização de mecanismos de verificação, utilizados em outras pesquisas populacionais, para identificar com grande margem de segurança, os questionários duplicados. Esta situação permitiu, por sua vez, realizar o retorno aos locais já pesquisados, tornando a cobertura mais abrangente, garantindo a contagem de pessoas que porventura não se encontravam em seu local de pernoite, quando da primeira visita. A utilização deste procedimento, adotado no decorrer do desenvolvimento do trabalho, teve por referência a estratégia utilizada no Censo de População em Situação de Rua de Belo Horizonte (2006).

Além dos controles utilizados nos levantamentos de Belo Horizonte, o I Censo e Pesquisa Nacional acrescentou a análise de consistência dos dados dos questionários aplicados para verificar as possíveis duplicações, por meio do trabalho de crítica dos questionários, de um sistema de consistência e de avaliação qualitativa dos casos em que se suspeitou de duplicação.

Foram considerados duplicados os questionários de uma cidade ou de cidades vizinhas que apresentaram todas as observações 100% coincidentes, abrangendo o nome do entrevistado, a cidade e o conjunto de perguntas formuladas. Foram considerados suspeitos de duplicação os questionários de uma cidade ou de cidades vizinhas

que apresentaram entre 95% e 85% das observações coincidentes: nomes completos coincidentes; primeiro nome coincidente, no caso de só ter sido indicado o primeiro nome, e mesmo município de origem. Todos os questionários considerados suspeitos de duplicação foram avaliados qualitativamente. Assim, foi possível identificar, com grande margem de segurança, os questionários duplicados. Foram identificados 187 questionários duplicados, os quais foram devidamente excluídos do banco de dados.



### PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DE CAMPO

Para tornar eficiente a coleta de dados nas 71 cidades pesquisadas, em um curto espaço de tempo, foi feita cautelosa preparação anterior e montada estrutura compatível às necessidades do levantamento.

Esse processo abrangeu a estruturação das formas de colaboração e suporte dos órgãos municipais - gestores da assistência social, de um lado, e de uma rede de apoiadores dos movimentos sociais, de outro.

Os profissionais da gestão de assistência social designados para o acompanhamento do trabalho auxiliaram os coordenadores da pesquisa em cada município, fornecendo informações importantes sobre a relação de albergues, abrigos e outras instituições, e sobre a localização dos pontos de pernoite das pessoas em situação de rua.

Os participantes de movimentos sociais também contribuíram para a localização dos pontos de pernoite e forneceram a rede de contatos de pessoas que estavam em situação de rua no momento da pesquisa, ou que haviam estado anteriormente, para auxiliarem no trabalho de campo. Também colaboraram nos treinamentos, transmitindo aos coordenadores, supervisores e pesquisadores experiências sobre a situação de rua, características desta população e as formas mais adequadas de abordagem.

Para os pesquisadores profissionais, acostumados com pesquisas de mercado e de opinião convencionais, foi um grande desafio a preparação para abordagem diferenciada exigida por este trabalho.

Primeiramente foi necessário que se despissem dos, por vezes existentes, preconceitos sobre os sujeitos pesquisados. São preconceitos sociais que tendem a excluir dos esquemas perceptivos as pessoas

que se encontram à margem da sociedade, em situação de extrema pobreza. Para pesquisar o tema foi necessário primeiramente reconstruir o olhar a respeito da população em situação de rua, enxergando-a como um grupo que existe e que é socialmente importante, como seres humanos, iguais ao entrevistador, mas que por sua trajetória de vida, se tornaram mais frágeis e vulneráveis, adotando a rua como local de moradia.

Para esta compreensão foi muito importante a colaboração ativa de pessoas que estavam ou já estiveram em situação de rua e que são participantes de movimentos sociais. Esses atores contribuíram nos treinamentos presenciais dados aos coordenadores do trabalho de campo, aos supervisores e aos pesquisadores, através de representações teatrais, relatos de histórias de vida e ensinamentos sobre a realidade das pessoas em situação de rua. Outro recurso importante utilizado no treinamento dos pesquisadores foi a exibição de uma versão sintética do documentário "À margem da imagem", que reúne depoimentos e imagens sobre a situação das pessoas em situação de rua.

Sensibilizados por estes relatos e histórias, informados sobre a situação das pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades, os pesquisadores de mercado tornaram-se receptivos à adoção de formas de abordagem adequadas a este público. Os pesquisadores que já conheciam esta realidade, por trabalharem em igrejas, pastorais, ONGs



familiarizadas com o assunto, ou por serem assistentes sociais, cumpriram um importante papel de mostrar aos demais as melhores formas de abordar os entrevistados.

Após os treinamentos, os coordenadores de campo auxiliados por trabalhadores da gestão da assistência social e de entidades articuladas com as pessoas em situação de rua, localizaram no mapa das cidades os pontos de pernoite da população em situação de rua. Nesta etapa do trabalho foram tomados certos cuidados metodológicos e procedimentais para a localização de pessoas em locais que em geral não são percebidos pelos transeuntes (prédios abandonados, locais de difícil acesso, galerias subterrâneas, vãos existentes em viadutos e pontes, entre outros).

Os coordenadores percorreram as ruas da sua cidade durante a noite e madrugada e verificaram a localização dos pontos de pernoite. Uma vez concluído o trabalho de localização destes pontos e das instituições que abrigam essa população, foi elaborado o roteiro do percurso das equipes de campo, indicando detalhadamente as ruas e os locais atribuídos a cada equipe.

Cada roteiro foi acompanhado de um mapa da região a ser pesquisada, tendo sido assinaladas as ruas que delimitavam as áreas da pesquisa. Após esse cuidadoso planejamento, foi iniciada a fase do trabalho de campo propriamente dito, que consistiu na aplicação dos questionários em locais de rua e em instituições (Veiga et al, 2009).







### ESTRUTURA DO TRABALHO DE CAMPO

A estrutura do trabalho de campo foi formada pela coordenação central da pesquisa, por coordenadores de campo - por cidade, supervisores de campo, entrevistadores e pessoal de apoio.

A coordenação central da pesquisa (Instituto Meta) planejou e comandou o trabalho de campo, mantendo contato permanente com os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsáveis pelo acompanhamento da pesquisa e com os coordenadores de cada cidade para organizar o trabalho de localização dos pontos de pernoite e para acompanhar a execução do trabalho de campo em cada cidade.

Cada coordenador de campo foi o responsável pelo levantamento dos dados na cidade sob sua responsabilidade. Ademais, esse profissional realizou o conjunto de atividades pré-campo mencionadas e coordenou o trabalho de campo, distribuindo as equipes pelas áreas previamente estabelecidas, mantendo contato com os supervisores e entrevistadores, fazendo os ajustes necessários de redimensionamento das equipes e realocação de áreas para a coleta dos dados, mantendo sempre contato com a coordenação central da pesquisa.

Os supervisores conduziram as equipes de entrevistadores em campo, auxiliando os entrevistadores em suas dúvidas sobre perguntas relativas aos instrumentos, formas de abordagem e aplicação dos questionários, solicitando a participação do pessoal de apoio para a entrada em certas áreas ou o início das conversas com as pessoas em situação de rua, resolvendo problemas inesperados surgidos em campo, esclarecendo dúvidas sobre o percurso a ser realizado e as

delimitações da área estabelecida para a equipe por ele supervisionada e consultando, quando necessário, o coordenador da cidade.

Os entrevistadores aplicaram os questionários, preencheram a planilha de recusas, conforme as orientações oferecidas no treinamento e presentes no manual do entrevistador, observando o uso das formas de abordagem indicadas, os critérios de seleção dos entrevistados (perguntas-filtro) e o modo adequado de preenchimento dos questionários.

O pessoal de apoio contribuiu ao fazer a primeira abordagem dos entrevistados em certos lugares, ao conversar com lideranças locais para a liberação da entrada da equipe de pesquisa - em áreas de elevada periculosidade ou difícil acesso - e ao indicar pontos de pernoite localizados em espaços de difícil visualização.

O trabalho de campo em locais de rua foi conduzido por equipes formadas por 4 a 10 entrevistadores, distribuídos em duplas, e por uma pessoa da equipe de apoio, acompanhadas e orientadas por um supervisor. O grupo se manteve em área visualmente acessível. Quando ocorreram deslocamentos para outro local, o grupo se deslocou em conjunto.

Os pesquisadores percorreram, caminhando ou em veículos, as áreas determinadas. Nos casos de áreas com maior concentração de pessoas em situação de rua os pesquisadores realizaram o percurso a pé. Em áreas de maior dispersão, os percursos foram feitos de automóvel.

O trabalho de campo nos albergues, abrigos e outras instituições foi realizado por equipes de 2 a 27 pessoas, conforme a quantidade de abrigados na instituição, nos mesmos dias de aplicação dos questionários, ou em dias subsequentes, conforme o caso.



O conjunto da equipe totalizou 55 coordenadores, 269 supervisores e 926 entrevistadores, totalizando 1250 profissionais. Apoiaram o trabalho de campo 147 moradores ou ex-moradores de rua e 86 educadores ou profissionais que trabalham com população em situação de rua, totalizando 233 apoiadores. Ao total 1483 pessoas atuaram nas atividades de coleta de dados.

Cada coordenador orientou em média 4,89 supervisores; cada supervisor orientou em média 3,44 entrevistadores, e cada entrevistador aplicou em média 36,26 questionários, incluindo as anotações na folha de recusa.

#### PERFIL DAS EQUIPES DE PESQUISA E DE APOIO

As mulheres constituíram majoritariamente os grupos de coordenadores (70,9%), supervisores (56,9%) e de entrevistadores (59,3%). O predomínio feminino foi intencional, decorrente da experiência da coordenação do Censo 2005 de Belo Horizonte que considerou melhor a receptividade das pessoas em situação de rua às entrevistadoras mulheres.

A média etária das equipes foi superior a 30 anos de idade, sendo relativamente mais elevada na equipe de coordenadores (37,74 anos) e de supervisores (35,95 anos) e um pouco menor na equipe de entrevistadores (31,68 anos).

As informações sobre a atividade profissional das equipes indicam a existência de três grupos principais: pesquisadores profissionais, assistentes sociais e profissionais que trabalham com população em situação de rua. A presença dos pesquisadores profissionais foi

relativamente maior na equipe de coordenadores (57,8%), uma vez que estes profissionais foram selecionados entre os que costumam realizar trabalhos de pesquisa para o Instituto Meta. Mas mesmo na equipe de coordenação houve uma participação importante de profissionais da área de assistência social (7,8%), e de profissionais com algum conhecimento sobre o tema ou mesmo relacionamento com população em situação de rua, especialmente professores (6,2%) e pedagogos (3,1%).

Na equipe de supervisores, grupo relativamente maior também foi composto por pesquisadores profissionais (45,1%). A presença dos assistentes sociais nesta equipe também foi considerável (6,7%). A participação de profissionais diretamente relacionados com a população de rua foi relativamente grande na equipe de supervisores: educadores sociais e agentes de ONGs corresponderam a 8,5%. Outros profissionais com perfis agregadores para a pesquisa também devem ser mencionados, como professores (5,3%), psicólogos (4,9%) e pedagogos (3,1%), entre outros.

Na equipe de entrevistadores o grupo de pesquisadores profissionais igualmente se destacou como o maior (39,4%), sendo também relevantes as participações dos assistentes sociais (6,2%) e dos educadores sociais e agentes de ONGs (8,2%). Outro grupo em relevo nesta equipe foram os estudantes (15,7%), especialmente das áreas de serviço social, pedagogia, psicologia, história, ciências sociais e áreas afins.





### ABORDAGEM DOS ENTREVISTADOS

A forma de abordar os entrevistados foi essencial para o êxito do levantamento. Considerando as particularidades do segmento investigado, foram estabelecidas estratégias amplamente debatidas nos treinamentos de equipes, a fim de garantir a adequação da abordagem realizada.

Os entrevistadores abordaram as pessoas em situação de rua de modo informal, porém respeitoso, procurando deixar o entrevistado à vontade, facilitando a receptividade à entrevista.

Embora seja entendido apenas como espaço "público", por muitos dos que passam nas ruas, o espaço em que se encontra a pessoa em situação de rua é percebido por ela como um espaço privado, seu ou de seu grupo, "a sua casa". Assim, a entrada nesse espaço foi feita de maneira cautelosa, pedindo autorização. No caso de pessoas em situação de rua que estavam dormindo, o entrevistador buscou não provocar sustos e desconfortos.

Os entrevistadores se mantiveram vigilantes para evitar constrangimentos, deixando as pessoas se expressarem na sua própria linguagem e procuraram não inibir o entrevistado, tratando todas as histórias relatadas com seriedade e naturalidade, abstendo-se de fazer comentários quanto às respostas dadas.

Em caso de qualquer constrangimento por parte do entrevistado durante a realização da entrevista, o pesquisador garantiu que as informações obtidas através do questionário eram confidenciais, que não seriam analisadas individualmente e que não seriam transmitidas para quaisquer outros órgãos (prefeitura, polícia etc.). Esse proce-

dimento facilitou para que os entrevistados se sentissem livres para responder às perguntas com sinceridade.

Considera-se que as estratégias de abordagem utilizadas possibilitaram a obtenção de uma taxa de recusa muito reduzida. Apenas 13,4% das pessoas em situação de rua abordadas se recusaram a responder à entrevista<sup>1</sup>. Este resultado é muito positivo, sobretudo considerando-se as especificidades descritas.

<sup>1</sup>No censo 2005 de Belo Horizonte, que também foi muito cuidadoso com as formas de abordagem dos entrevistados, a taxa de recusa foi de 20,4%.





### DESAFIOS ENFRENTADOS NO TRABALHO DE CAMPO

Além dos aspectos já mencionados, foram enfrentados problemas práticos no desenvolvimento do trabalho de campo.

Foi necessário grande esforço e dedicação para localizar os numerosos locais em que se encontra essa população, abrangendo além das calçadas, margens das rodovias, rodoviárias, praças e parques, pontos comerciais, áreas próximas às feiras, pontes, becos, postos de gasolina, estradas de ferro desativadas, estações de trem, portos e embarcações, galerias subterrâneas, mocós ou esconderijos, espaços internos de túneis, prédios abandonados, as cercanias de lixões, ferro velhos e locais de reciclagem. Nas cidades litorâneas, as entrevistas foram realizadas também na orla marítima, nas praias e em locais abrigados do entorno.

Em cinco das 71 cidades em que foi realizada a pesquisa, não foram identificadas instituições voltadas ao atendimento de pessoas em situação de rua. Nas demais cidades houve realização de entrevistas em instituições e, nesses casos, o principal problema foi a grande circulação de pessoas, fato que demandou o retorno aos locais. As entrevistas foram realizadas em 384 instituições. A maior parte delas foram albergues e abrigos (237). Também foram encontradas pessoas em situação de rua em hospitais e clínicas (83), igrejas (23), centros de convivência (22) e casas de passagem e de apoio (19).

Houve dificuldade em relação às pessoas em situação de rua internadas em clínicas psiquiátricas, que não responderam a entrevista por não apresentarem condições de saúde mental. Fortes chuvas ocorridas no período de realização da pesquisa geraram transtornos na condu-

ção do trabalho. Além disso, entre as principais dificuldades encontradas, inclui-se, ainda, a prática, recorrente em algumas cidades e que não cessou durante a realização da pesquisa, de retirada, por parte de órgãos públicos, especialmente prefeituras e polícias militares, de pessoas em situação de rua dos seus locais de pernoite, com o deslocamento das mesmas para espaços distantes, margens de estradas, terrenos desocupados, bairros da periferia, cidades vizinhas, entre outros.

Nos casos de retirada de pessoas em situação de rua dos seus locais de pernoite, o campo foi suspenso e transferido para período posterior. No caso da ocorrência de chuvas nos horários de realização do campo em locais de rua, a suspensão foi restrita à noite chuvosa, sendo continuado o trabalho nos dias subsequentes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das estratégias mencionadas, foi muito importante para o êxito do levantamento a participação ativa dos técnicos do MDS, desde a concepção do projeto até o acompanhamento direto das atividades de campo. A interação entre os técnicos do Ministério e Instituto Meta possibilitou a solução rápida e eficiente dos problemas surgidos no campo. Cabe também destacar a dedicação das equipes de entrevistadores, supervisores, coordenadores e pessoal de apoio, que assumiram suas funções de forma responsável e não se intimidaram frente às dificuldades de realizar um trabalho no período da noite e da madrugada nas ruas das cidades em locais de acesso nem sempre fácil.

A colaboração das pessoas em situação de rua foi outro aspecto positivo. Houve poucos casos de reações conflituosas e nenhum tipo de agressão física nas 31.922 abordagens, realizadas no conjunto de 71 cidades. A maior parte dos entrevistados se sentiu muito valorizada por estar sendo ouvida, se dispôs a responder ao questionário em situações que poderiam ser consideradas desagradáveis, como após uma pessoa ter sido acordada na madrugada. A atitude cooperativa das pessoas em situação de rua foi decisiva para o sucesso do censo.



SO LANCHE



Temos Lanches  
PIZZA  
SALGADO  
PASTEL  
BOLO  
DO OVO  
MIXTO R.  
SUCOS  
REFRIGER  
SOPA

Temos  
CIGARROS e PACOTE  
DERBY SCHIN  
GOOL CARLTON  
BACHIN FREE  
777  
CARTÃO TELEFÔNICO  
20 / 40 / 60

PAIVA RIBEIRO  
FERRAGENS





**BIBLIOGRAFIA**

À MARGEM da imagem. Direção: Evaldo Mocarzel. Produção: Ugo Giorgetti. Brasil, 2003. Curta-metragem (35 mm).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003.** São Paulo: FIPE, [200-].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

VEIGA, Laura, et al. Trajetória de Construção do I Censo Nacional e Pesquisa amostral sobre a população em situação de rua. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar.** Brasília, MDS: 2009.









O OLHAR DO RESPEITO E DA ATENÇÃO NA PRODUÇÃO  
DE UM ENSAIO FOTOGRÁFICO

**Alderon Pereira da Costa**

Consultor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável  
pela organização do Banco de Imagens.

Fotógrafo, jornalista, editor do jornal O Trecheiro.



**É** sempre um grande desafio deixar a máquina fotográfica e dirigir-se ao computador para escrever sobre o processo de trabalho de um ensaio fotográfico referente à população em situação de rua. Este implica na abordagem de múltiplos aspectos, entre os quais, o que significa registrar imagens de uma realidade complexa e desafiadora.

A fotografia necessita de um complemento, de outro tipo de texto que a contextualize historicamente na sociedade e traga à tona a história e a vida das pessoas fotografadas. "É no cotidiano que se tece a vida, e a fotografia documental é um instrumento poderoso de tradução da realidade" (SAMPAIO, 2000, p. 117).

Espera-se que o ensaio fotográfico aqui apresentado seja esse complemento ao que já foi dito nesta publicação, pelos resultados apresentados e analisados, e que enriqueça ainda mais a compreensão do universo das ruas - ao apontar diversidades de um fenômeno equivocadamente considerado homogêneo. Ao contrário, essa realidade é multifacetada e heterogênea e, apesar de tudo, há possibilidades de saídas dessa situação se for levado em conta o protagonismo dos atores envolvidos.

Este ensaio fotográfico - um outro tipo de conhecimento e de aproximação com a realidade das pessoas em situação de rua - pretende oferecer elementos que possam, conseqüentemente, operar mudanças na percepção do contexto onde vivem essas pessoas e estimular reflexões sobre possíveis preconceitos existentes. Este é o objetivo do Banco de Imagens produzido: ampliar o repertório dos gestores sociais e da sociedade em geral sobre quem são e como vivem as pessoas em situação de rua.

E como não podia deixar de ser, é uma tentativa de captar os instantes importantes dessa realidade. Segundo Cartier-Bresson: "Não há nada neste mundo que não tenha um instante decisivo" (ASSOULINE, 2008, p. 210). O importante é a sensibilidade do fotógrafo em perceber esse momento.

A realização do trabalho teve todo apoio da Unesco e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

### **PLANEJAMENTO DO TRABALHO**

No início dos trabalhos, eram muitos os questionamentos. O que, por que e onde fotografar? Quais os objetivos e demandas do trabalho? O que o fotógrafo pode oferecer? Quais os elementos importantes a serem fotografados? O que já se conhece do tema? Como se aproximar das pessoas? O que apreender além das fotografias? Aos poucos estas questões foram sendo elucidadas em equipe e tomando forma. Devido ao caráter nacional da pesquisa e à necessidade do registro de especificidades locais e diferenças regionais, optou-se pela realização de registros fotográficos em cinco municípios, de quatro estados brasileiros, escolhidos entre as 71 cidades onde a pesquisa foi realizada. Dentre os fatores relevantes para essa seleção, destacam-se as especificidades e diferenças regionais; a facilidade de contato e o número de pessoas em situação de rua nas cidades, a existência de serviços públicos na área da Assistência Social e de organizações sociais que trabalham com a população em situação de rua.

Destaca-se que antes das viagens, foi realizada uma reunião de preparação com a equipe da SAGI/MDS para refletir sobre a linha editorial do ensaio, fornecer material informativo sobre as cidades e listar os apoios com os quais se contaria em cada cidade selecionada.

### **APROXIMAÇÃO: CIDADES, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E INSTITUIÇÕES**

Uma das primeiras preocupações dessa preparação foi com a questão ética, uma constante no processo de produção deste trabalho. De início, a equipe tinha clareza que apenas se fotografaria com prévia concordância das pessoas, respeitando-as como sujeitos de direitos e tendo em vista a possível publicação das imagens. Mais ainda, as pessoas assinariam um documento que explicasse os objetivos deste trabalho, cujas fotos seriam utilizadas sem contrapartida financeira de qualquer espécie e desobrigação de direitos autorais. Para aqueles sem documentos ou que não sabiam assinar, foram preparados formulários específicos de autorização.

Outro ponto destacado foi que as imagens deveriam mostrar pessoas e não somente situações. A equipe da SAGI chamou a atenção à inevitabilidade de mostrar situações degradantes, mas na perspectiva de que as pessoas em situação de rua são cidadãos e que, mesmo na situação em que se encontram, merecem respeito. Em síntese, fotografar de forma a mostrar a realidade em que esses indivíduos vivem, dentro de parâmetros éticos de dignidade.

De posse de todos os questionamentos e informações, partiu-se a campo tendo em mente a tarefa primordial de enriquecer os resultados e retratar o modo de vida dos indivíduos em situação de rua, reconhecendo-os fundamentalmente como sujeitos de direitos.

**CIDADES**

Apesar de conhecer a realidade das pessoas que vivem em situação de rua e ter dados sobre as cidades pesquisadas no I Censo e Pesquisa Nacional, essas informações deveriam ser complementadas com a observação e o contato direto. O aprofundamento do conhecimento sobre a realidade local e a aproximação com os atores principais – as pessoas em situação de rua, as instituições e serviços de atendimento e seus responsáveis – permitiu o conhecimento de diferenças regionais e o registro fotográfico específico de cada localidade.

As informações da Pesquisa Nacional e a listagem dos contatos foram imprescindíveis nessa aproximação. Em todas as cidades foi possível encontrar pessoas que, em diferentes graus, foram fundamentais porque conheciam a realidade das ruas, como: amigos, gestores públicos, participantes da pesquisa e indivíduos que já viveram em situação de rua. Esses contatos possibilitaram uma rápida aproximação, segurança e o resultado do trabalho foi muito mais enriquecedor.



### PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Além de contar sempre com os apoios em cada cidade, foi importante desenvolver um caminho de aproximação com as pessoas que têm a rua como modo de vida. "Morar na rua implica ter aí o seu habitat, o que promove uma reutilização dos espaços públicos, conferindo-lhes novos significados. Passa a se realizar no domínio da rua, o que habitualmente faz parte do domínio da casa. Isto pode explicar a natureza repressiva da intervenção que o Estado historicamente tem realizado junto à população de rua" (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 131).

Diferentemente de como são geralmente tratadas nas ruas, as aproximações realizadas foram muito cuidadosas, sempre com educação, gentileza e respeito, por meio de um diálogo que resultasse não somente positivamente em aceitação do registro fotográfico, mas também que expressasse o olhar humano de quem reconhece a precariedade da situação de vida do outro que se apresenta ao mundo de forma tão despojada. Havia o pedido de licença para a conversa porque mesmo sendo um espaço público, aquele era o "seu canto". Em seguida à apresentação pessoal e às explicações dos objetivos do trabalho, indagava-se o nome e empreendia-se o diálogo sobre aquela situação. Com essa forma de abordagem, houve bons resultados nas relações, confiança e obtenção de todas as formalidades da autorização, exigência institucional e ética.

É importante salientar que essa forma de aproximação cuidadosa perde em cenas mais espontâneas, mas ganha na questão ética. Na maioria das vezes solicitei a autorização antes de iniciar o tra-

balho, exceções dessa prática foram raras e adotadas apenas para fotografar pessoas de costas e os planos gerais.

Não faz parte dos objetivos deste ensaio relatar as inúmeras histórias de vida com trajetórias familiares e de trabalho num cotidiano muitas vezes sem perspectivas, mas destaco uma situação em que foi preciso usar a criatividade:

-Ao lado de um viaduto, protegido por sua beirada, havia um jovem adulto, com seus 28 anos, magro, com aparência de estar há muito tempo na rua. Após seguir o ritual de aproximação, a concordância foi para uma foto. Assim, impôs-se o desafio de pensar bem, para cumprir o compromisso de tirar apenas uma. Após alguns minutos, uma interrogação pintada no viaduto e lá estava o homem cabisbaixo, magro, agora com um olhar para o horizonte, numa pose de artista. Não tive dúvida que aquela era uma boa foto: composição, luz, ângulo, relações dos elementos da foto e um bom enquadramento.

Nessas aproximações foi constante a solicitação de uma contribuição em dinheiro para comida ou até uma "barrigudinha", nome de um vasilhame de cachça. É muito comum escutar uma história sofrida que sensibilize a pessoa que ouve. Por uma questão pessoal, ética e de transparência, não houve nenhuma troca, contraparte material ou "compra de imagens". O fato é que pedir dinheiro, para alguns que estão em situação de rua, já é rotina. É uma forma de sobrevivência. Por outro lado, as imagens não têm preço, pois no limite, são a denúncia da hipocrisia de nossa sociedade que trata essas pessoas com desprezo e preconceito. Na realidade, para grande parte da sociedade, elas não são consideradas como seres humanos.





## INSTITUIÇÕES

Se as relações estabelecidas com as pessoas em situação de rua foram bastante positivas em todas as cidades visitadas e o trabalho fluiu sem dificuldades maiores nas relações, não é possível dizer o mesmo sobre a aproximação com as organizações sociais e instituições públicas. Estas são permeadas de regras e procedimentos internos que, de alguma forma, representam elementos não facilitadores do trabalho e mesmo impeditivos à entrada de pessoas "estranhas" nos serviços. Assim, o conjunto das fotos que compõem o Banco de Imagens retratam muito mais a vida nas ruas.

Como já é do conhecimento dos gestores públicos, há uma grande recusa dos moradores de rua de irem para os abrigos e albergues. Os motivos mais comuns são a alegação da violência, roubo, sujeira e a rigidez das normas. De fato, as regras existentes nos serviços quase sempre disciplinadoras, de obediência e restritiva aos dependentes químicos são elementos que afastam as pessoas.

"Essas normas e práticas impedem a emergência de conflitos internos à instituição, uma vez que reforçam o poder de seus agentes quanto à funcionalidade da instituição. As poucas manifestações de resistência como o desagrado diante da não admissão de pessoas alcoolizadas, ou a não aceitação da norma que prevê que os objetos pessoais devam ser deixados na portaria, são encarados como transtornos. Seria ingênuo supor o funcionamento sem regras básicas. A questão se agrava, no entanto, quando se observa a existência de um pacto implícito que consiste em vincular bom comportamento a tempo de permanência. Bom comportamento é entendido como obe-

diência às regras de forma resignada e conformista, ou seja, aceitar desprover-se de seus objetos pessoais". (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 137). Esta realidade permeia as instituições prestadoras de serviços que atribuem essas dificuldades e problemas muito mais às pessoas do que aos dispositivos e procedimentos internos das organizações e serviços.







### A RUA PODE SER UMA SAÍDA E TER SAÍDAS

Na construção deste Banco de Imagens, foi possível reconhecer duas realidades aparentemente antagônicas: uma considerada o "fim da linha" e outra em que se apresentam possibilidades de saídas das ruas. Conheci em todas as cidades, algumas pessoas que já não conseguem mais sair da rua e que têm a rua como modo de vida, isto é, única alternativa de vida, seja por ineficiência das políticas públicas, ou pela própria situação de rua. "De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool" (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 137). Conforme aumenta o tempo em situação de rua, mais difícil fica a sua saída.

Aqueles que estão nesta situação nas ruas são conhecidos dos educadores sociais que integram as equipes de abordagem de rua e continuam nesta situação, porque não aceitam ir para as instituições. Segundo os educadores, há algumas pessoas que já pertencem à cidade e não aceitam nenhuma proposta de saída da rua. Normalmente, já são conhecidos e mais que isto, são aceitos pelas comunidades locais que os ajudam e os mantêm nesta situação.

As imagens desses personagens nos questionam sobre os valores humanos e até onde o sofrimento pode ir, bem como a falta de atendimento principalmente por políticas de habitação, trabalho e saúde. Até que ponto pode a cumplicidade da sociedade suportar situações que negam a humanidade dessas pessoas?

Nesse sentido, percebe-se que as cidades não estão preparadas para acolher os que moram nas ruas, ao contrário, tentam expulsá-los

desses espaços, ou ofertar quase sempre o conhecido albergue, como única forma de atendimento.

Para o que tem a rua como modo de vida, há poucas possibilidades. Há pessoas que já não conseguem mais se inserir na sociedade produtiva. Alguns vão viver dos direitos sociais conquistados ou vão depender da rede de Assistência Social do Estado.

No entanto, o universo das ruas abarca uma heterogeneidade de perfis e, por consequência, diversas saídas devem ser implementadas e desenvolvidas para aqueles que ainda querem e podem se qualificar no mundo do trabalho.

Foi possível fotografar projetos que possibilitam esperança de saídas para algumas pessoas que querem, podem e encontram a oportunidade de sair das ruas. Visitei, por exemplo, projetos de "Inclusão Produtiva" financiados pelo MDS e desenvolvidos por organizações sociais que representam oportunidades de trabalho e renda. A esse respeito, os principais problemas identificados referiram-se à questão da comercialização e ao controle de qualidade dos produtos.





DIXIE T JGA S.A.  
DIVISÃO FIGIDOS

QUIN  
RONI O  
ROTE É SEU

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com ou sem saída a rua vai continuar sendo um grande desafio para aqueles que querem transformá-la. Com este ensaio, penso que vai ser reforçada a idéia de que quem está em situação de rua são pessoas que, com suas identidades - mesmo que destruídas - têm nomes, possuem história e imagens. Textos e imagens vão se completar em uma verdadeira reciprocidade, mesmo que às vezes na contradição, no questionamento dessa dura realidade.

Da relação com as pessoas fotografadas ficou a impressão que ser retratado é bom, seja pela forma de abordagem, pela possibilidade de sair num livro ou pela sensação de estar sendo eternizado. A reação da maioria foi de aprovação. Um ou outro também se mostrava um pouco desconfiado. No mais, tive muita liberdade e confiança das pessoas. De cada um ou uma que foram fotografados ficou a comprovação que é possível olhar para elas com respeito e atenção, com um outro olhar.

Recordo-me de um senhor com seus sete cachorros e de tantos outros que dividiam comida, dormida, água, carinho, enfim suas vidas com estes animais. Um cuida do outro, essa é a regra. Sua criatividade para sobreviver, seja no aproveitamento dos vazios da cidade, na utilização das sobras, no reaproveitamento daquilo que já não serviu.

Fotografei um rapaz que fez um caixote no meio de uma via e um casal que aproveitou uma carroceria de carro para fazer seu cantinho. Outro que usa seu próprio carrinho para dormir. A sobrevivência faz a vida ter sentido, mesmo que aos olhos dos outros não pareça.

Aos olhos da sociedade, sete cachorros é muito para quem não tem nada para si. Como disse um senhor que mal conseguia andar: "Onde vive um, vivem dez!". Sem contar que, com apenas um cachorro ele não vai ser visto, como ele o é com os sete. Nesse sentido, há uma reciproca. O homem ajuda os cachorros e os cachorros devolvem em carinho - o único vínculo afetivo, que lhe dá sentido à vida.

Mesmo que sejam apenas alguns enquadramentos da dura realidade das pessoas em situação de rua, espera-se um conhecimento maior deste contexto. As imagens, mais do que contemplação, são reveladoras de uma sociedade injusta e denunciam a desigualdade social. Além disso, mostram como as pessoas se fazem presentes na construção de um mundo paralelo, talvez mais justo, alternativo e solidário.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOULINE, Pierre. **Cartier-Bresson: O olhar do século**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

SAMPAIO, Paula. **Entrevista In** Persichetti, Simonetta (Org.). **Imagens da Fotografia Brasileira 2**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Senac, 2000. 113 a 118 p.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo, Editora Hucitec, 1992.









# I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - SÍNTESE DOS RESULTADOS

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Ministério do Desenvolvimento  
Social e Combate à Fome



**R**ealizado entre agosto de 2007 e março de 2008<sup>1</sup>, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua responde às demandas levantadas pelos movimentos sociais, associações, ONGs e órgãos governamentais, que atuam com essa população, apontadas especialmente durante o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em setembro de 2005. Ao mesmo tempo, a pesquisa alia-se ao interesse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em discutir estratégias, levantar desafios e recomendações, objetivando a formulação de políticas públicas dirigidas especificamente para esse segmento populacional.

O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes<sup>2</sup> e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Dados coletados entre outubro de 2007 e janeiro de 2008.

<sup>2</sup> Estimativa populacional para 2004, com a projeção dos dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

<sup>3</sup> Estas pesquisas foram realizadas nos anos de 2003 em São Paulo, 2005 em Recife e Belo Horizonte e 2007 em Porto Alegre.

Foram identificadas 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua nas cidades pesquisadas, vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferros-velhos ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). Esse contingente equivale a 0,061% da população dessas cidades (tomando como base os dados da Contagem da População 2007), índice semelhante aos encontrados em outros levantamentos realizados sobre esta população.

**Tabela 1 - Percentuais de População de rua em relação à população de algumas capitais brasileiras. 2003/2005**

Cidade	Ano	%
São Paulo	2003	0,086
Belo Horizonte	2005	0,049
Recife	2005	0,059

Fonte: PMSP, 2003; Brasil, 2004 e Recife, (200-)

Do total de entrevistas, 27,5% foram realizadas em instituições e as demais ocorreram em locais caracterizados como rua (calçadas, praças, parques, viadutos, entre outros). A taxa de recusa dos entrevistados em responder o questionário foi de 13,4% (4275 pessoas), índice baixo, se consideradas as características específicas desta população e mesmo se comparado ao padrão de pesquisas de base domiciliar. Os resultados revelam características sociodemográficas e econômicas da população em situação de rua, que permitem que se conheça

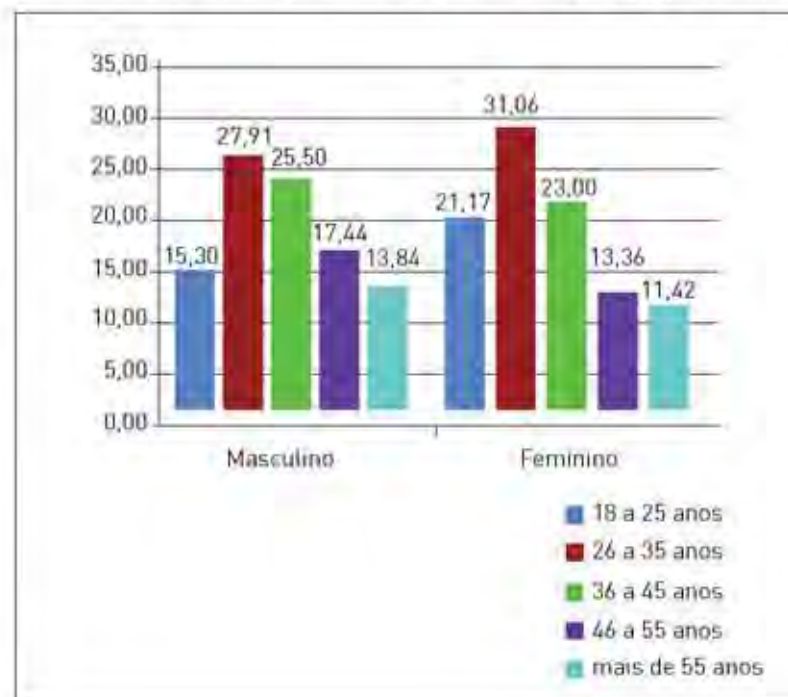
um pouco mais sua realidade. Foram levantadas informações a respeito das principais razões da ida à rua ou ao albergue, da mobilidade desta população, do tempo de permanência na rua e/ou em albergue, dos vínculos familiares, da relação com o mundo do trabalho, das formas de obtenção de renda, do acesso aos programas governamentais, da posse de documentação, além de informações sobre as maneiras de obtenção de alimentos, os níveis educacionais, as condições de saúde, os recursos utilizados para a higiene, as discriminações sofridas e a participação destas pessoas em movimentos sociais.

#### PERFIL DOS ENTREVISTADOS: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS

A pesquisa aponta resultados que, em certa medida, reproduzem os dados encontrados em pesquisas semelhantes, feitas em municípios brasileiros, especialmente no que diz respeito às características sociodemográficas desta população. Inicialmente, cabe destacar que é notável a predominância de homens (82%) em relação às mulheres entre a população em situação de rua. Em artigo deste livro, Quiroga e Novo (2009) discutem as principais razões e conseqüências da predominância de homens na população em situação de rua e das implicações de gênero relacionadas à "vida na rua".

A população identificada é, em geral, jovem, havendo maior concentração de pessoas em idade economicamente ativa, e com leve prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos, conforme se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de mulheres e homens por grupos etários



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - 2007/8

No que tange à distribuição por raça/cor, destaca-se que de todos os entrevistados, 39,1% se declararam pardos, uma proporção semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%<sup>4</sup>). O contraste com a população brasileira, em geral, é maior para aqueles que se declararam brancos, 29,5% (53,7% na população em geral) ou pretos, 27,9%, (apenas 6,2% na população em geral). Desta forma,

<sup>4</sup>Salvo indicação contrária no corpo do texto, todos os contrastes dos resultados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua com a população brasileira tem o Censo Demográfico 2000 como referência.

tem-se que, entre as pessoas em situação de rua entrevistadas, a proporção de negros (pardos somados a pretos, conforme classificação proposta pelo IBGE) é substancialmente maior (67%), comparado aos níveis encontrados na população em geral (44,6%).

No que diz respeito à formação escolar, a maior parte (63,5%) não concluiu o primeiro grau, 17,1% não sabem ler e escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%) e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%). Conforme se nota na Tabela 2, esta é uma população com pouco acesso ao sistema escolar formal, existindo, todavia, pessoas com nível superior que estão atualmente em situação de rua.

**Tabela 2 - Distribuição da população em situação de rua por escolaridade**

Escolaridade	F	%
Nunca estudou	4.175	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4
1º grau completo	2.854	10,3
2º grau incompleto	1.045	3,8
2º grau completo	881	3,2
Superior incompleto	190	0,7
Superior completo	194	0,7
Não sabe/Não lembra	2.136	7,7
Não informado	2.787	10,1
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100,0</b>

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - 2007/8

## TRAJETÓRIA NA RUA

Os dados referentes às razões da ida para as ruas e dos deslocamentos desta população também foram reveladores e indicam as diversas vulnerabilidades a que esta população está exposta. Os principais motivos por eles apontados se referem a problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, muitas vezes de forma correlacionada, ou indicando uma relação causal entre eles.

Considerando-se as razões apontadas, há uma que não aparece expressivamente nos relatos, mas que merece ser destacada: a escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Apesar de não aparecer como razão principal da saída de casa, esta questão deve ser considerada na medida em que, mesmo quando as razões explicitadas envolvem desentendimentos familiares ou as ameaças e violências sofridas dentro do ambiente familiar, há um grau de escolha própria para ir para a rua. Essa escolha muitas vezes está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não apenas a saída de casa, mas também as razões da permanência na rua. Após vivenciar a situação de "liberdade" que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes, perigoso e opressor. A questão do tempo de permanência na rua também merece destaque, já que parece ser uma situação que facilmente se torna "crônica". Quase metade da população em situação de rua (48,4%) está

há mais de 2 anos dormindo na rua ou em albergue e cerca de 30% está dormindo na rua há mais de 5 anos. Este último grupo, se forem considerados aqueles que estão dormindo na rua desde que nasceram – os filhos de famílias há muito tempo em situação de rua (1,3%) – alcançamos um total de 30,9% de pessoas que estão na rua há mais de 5 anos (Tab. 3).

**Tabela 3 - População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue**

Tempo	F	%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe/Não lembra	583	2,1
Não Respondeu	292	1,1
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100,0</b>

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - 2007/8

Sabe-se que a situação migratória especialmente do campo para a cidade foi um fenômeno que marcou o processo de desenvolvimento urbano brasileiro, especialmente na primeira metade do século XX (Bursztyn, 2003). Todavia, ao contrário do que comumente se imagina, esse fenômeno aparentemente não se reflete no panorama atual das ruas: parte considerável dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que mora atualmente e outra parte importante (30,3%) deslocou-se de um município dentro do mesmo estado. Assim, 76,1% são originários do mesmo local em que se encontram ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado, refutando uma idéia difundida de que as pessoas em situação de rua são migrantes, ou seja, oriundas de outros municípios e estados. Além disso, os dados coletados mostram que das pessoas que vieram de outros municípios, 71,9% são originárias de áreas urbanas. Pode-se afirmar, portanto, que parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não tendo se deslocado de outras cidades ou migrado do campo para a cidade.

Apesar de os dados mostrarem um elevado grau de permanência desta população, a pesquisa também conseguiu captar a presença dos “trecheiros”, indivíduos que se deslocam de cidade em cidade, muitas vezes, permanecendo um período variável e não muito longo de tempo em cada uma delas, percorrendo uma quantidade grande de localidades de vários estados. Sua presença não é desprezível, chegando a 11,9% aqueles que já viveram em 6 ou mais cidades.



REFEITO

SEMPRE MAIS  
FONTER



As principais razões apontadas para a mudança de cidade são a procura por oportunidades de trabalho (apontado por 45,3% dos entrevistados que mudaram de cidade) ou o conflito intrafamiliar (razão apontada por 18,4% deles).

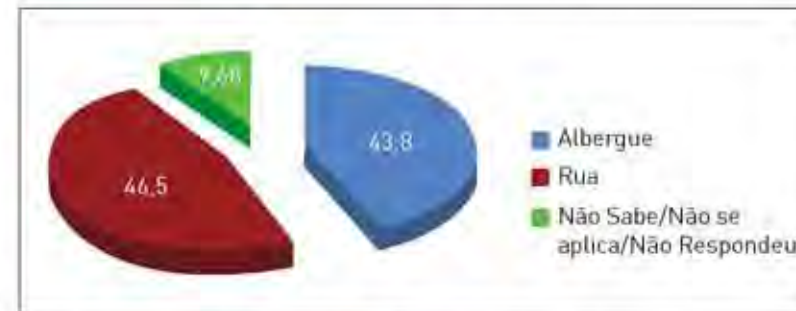
Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior. Isto indica a associação entre o deslocamento efetuado e a situação de rua. Essa parcela considerável dispunha de algum tipo de moradia convencional em seu município de origem. Ao se deslocar, pelos mais diversos motivos, não conseguiu no novo município uma inserção profissional, ou somente conseguiu uma inserção precária e passou a dormir nas ruas.

O conjunto de dados, associado à baixa mobilidade espacial desses indivíduos entre municípios e estados, remetem à busca de relações entre os contextos locais e o aumento da quantidade e do tempo de permanência destas pessoas na rua. A situação do grupo com mais de cinco anos na rua ou em instituições pode indicar uma acentuada cristalização da situação de rua como modo de vida, o que é mais evidente no caso daqueles que se encontram na rua desde que nasceram.

## PERNOITE

Uma questão que surgiu nas entrevistas e que chama atenção é a preferência pela permanência na rua em detrimento dos albergues.

Gráfico 2 - População em situação de rua por local de preferência para o pernoite



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Como se nota, preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. As razões principais apontadas para a preferência pela rua são a falta de liberdade nos albergues (44,3%), seguida do horário de entrada, saída e demais rotinas (27,1%) e, em terceiro lugar o fato de ser proibido em tais locais o uso de álcool e drogas (21,4%). Estas duas últimas razões podem também ser associadas com a falta de liberdade, apontada como principal problema. Dos entrevistados que costumam dormir na rua, mas prefeririam dormir em albergue, a dificuldade de conseguir vagas foi apontada por 20,7% como obstáculo para a utilização de albergues. Estes dados sugerem uma significativa falta de vagas em relação à demanda efetiva existente nos municípios.

Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua, seguido pelo desconforto (45,2%).



## VÍNCULOS FAMILIARES

Nesta seção, são apresentados os resultados das respostas obtidas em questionamentos a respeito de vínculos familiares nas ruas e também fora delas. A maioria dos entrevistados (90,9%) afirmou que não toma conta de criança ou adolescente na rua e apenas um grupo pequeno de 7,1% respondeu afirmativamente a este questionamento. Deste percentual, as mulheres aparecem em maior proporção (20,0%) em relação aos homens (4,3%).

Os dados analisados sugerem a necessidade de reexaminar a conhecida tese de que as pessoas em situação de rua perderam os vínculos familiares ou têm vínculos muito frágeis. O rompimento de vínculos familiares constitui fator importante para explicar a ida à rua no caso de 27,1% dos entrevistados, conforme apresentado anteriormente. Todavia, para outra parte considerável dos casos, os vínculos familiares com parentes na mesma cidade ou em outra não foram rompidos após a saída de casa.

A maioria dos entrevistados (51,9%) possui algum parente residente na cidade em que se encontra, mas há que se considerar também que 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados, parcela que pode ser considerada expressiva, em função das características e condições de vida desta população.

No que diz respeito à "qualidade" dos relacionamentos familiares, 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que

mantêm com os parentes que vivem na mesma cidade, enquanto 29,3% consideram esse relacionamento ruim ou péssimo.

Além dos parentes residentes na cidade em que moram, também devem ser considerados os parentes existentes em outros municípios. Dos entrevistados, 81,5% afirmaram ter parentes em outras cidades e 23,1% mantêm contatos com eles.



O cruzamento dos dados indicou que 95% dos entrevistados têm parentes na cidade em que moram ou em outra cidade e que 40,9% do conjunto dos entrevistados mantêm contato com estas pessoas, residentes na cidade em que vive ou em outros municípios.

### TRABALHO E RENDA

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, sendo que 70,9% deles exercem alguma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre essas atividades destacam-se a de catador de materiais recicláveis (27,5%), "flanelinha" (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Contrariando a imagem comumente difundida, constituem minoria (15,7%) aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Esses dados são importantes para desmistificar a percepção de que a população em situação de rua é composta por "mendigos" e "pedintes".

A maior parte das atividades de trabalho realizadas situa-se na chamada economia informal e apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Essa não é uma situação circunstancial, considerando-se que 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada.

Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte declarou que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos e 22,9% de dois há cinco anos).





### ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E HIGIENE<sup>5</sup>

As questões de alimentação, saúde e higiene estão profundamente relacionadas e serão aqui apresentadas de forma conjunta.

No que diz respeito à alimentação, a maioria dos entrevistados (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia. Não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) 19% dos entrevistados. O segmento que se destacou negativamente em relação à alimentação foi o das pessoas que pedem dinheiro para sobreviver: 31,3% delas não se alimentam todos os dias. Observou-se ainda, a esperada associação entre alimentação e renda, já que proporções mais elevadas de indivíduos que conseguem garantir a realização de alimentação diária foram encontradas nos níveis mais elevados de renda.

No que diz respeito às questões de higiene, os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para tomar banho são a rua (32,6%), os albergues/abrigos (31,4%), os banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes ou amigos (5,2%). Os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para fazer suas necessidades fisiológicas são a rua (32,5%), os albergues/abrigos (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%).

<sup>5</sup>Para maiores considerações sobre o tema, cf. Escorel, 2009.

Na maior parte dos casos, os recursos disponíveis para a higiene pessoal desta população são precários e impróprios, podendo ocasionar problemas de saúde, constrangimentos morais, violência sexual, sujeira no espaço urbano, entre outros danos.

Considerando as condições em que vivem, a precariedade de alimentação, de higiene e de cuidados, era esperado que se encontrassem altos índices de adoecimento entre os entrevistados, o que se confirmou, em certa medida. Cerca de 30% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde e os problemas mais citados foram: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), diabetes (5,4%) e HIV/AIDS (5,1%).

Esses números são preocupantes, encontrando-se por vezes em níveis muito superiores aos da população brasileira em geral. Como exemplo, menciona-se que a prevalência de HIV/AIDS entre a população em foco (5,1%) é consideravelmente superior à prevalência estimada pela Unaid (The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS) para o Brasil, que é de 0,6% entre os adultos com idade entre 15 e 49 anos. Estes dados são alguns dos indicadores das más condições de vida dessas pessoas e estão associados à sua maior exposição às mais diversas violações de direito.

Dos entrevistados, 18,7% fazem uso de algum medicamento, e os postos/centros de saúde são as principais vias de acesso a eles. Daqueles que afirmaram fazer uso de medicamentos, 48,6% afirmaram consegui-los por esse meio.

Quando doentes, 43,8% dos entrevistados procuram em primeiro lugar o hospital/emergência. Em segundo lugar, 27,4% procuram o posto de saúde.

Como se poderia esperar, a proporção de indivíduos com problemas de saúde é superior no caso da população em situação de rua, mesmo quando comparamos com os dados referentes ao segmento de baixa renda da população brasileira. A ocorrência de problemas de saúde está diretamente associada a fatores como renda, idade e local de pernoite.

#### **POSSE DE DOCUMENTAÇÃO**

Porcentagem significativa das pessoas em situação de rua (24,8%) não possuem quaisquer documentos de identificação. Menos da metade das pessoas possuem CPF (42,2%), carteira de trabalho (39,7%), certidão de nascimento ou casamento (37,9%) ou título eleitoral (37,9%). A situação é pouco mais favorável quando se trata da carteira de identidade, que 58,9% dos entrevistados possuem. A falta de documentos tem implicações diversas, que vão desde a dificuldade para obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania de forma mais geral.

#### **ACESSO AOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS**

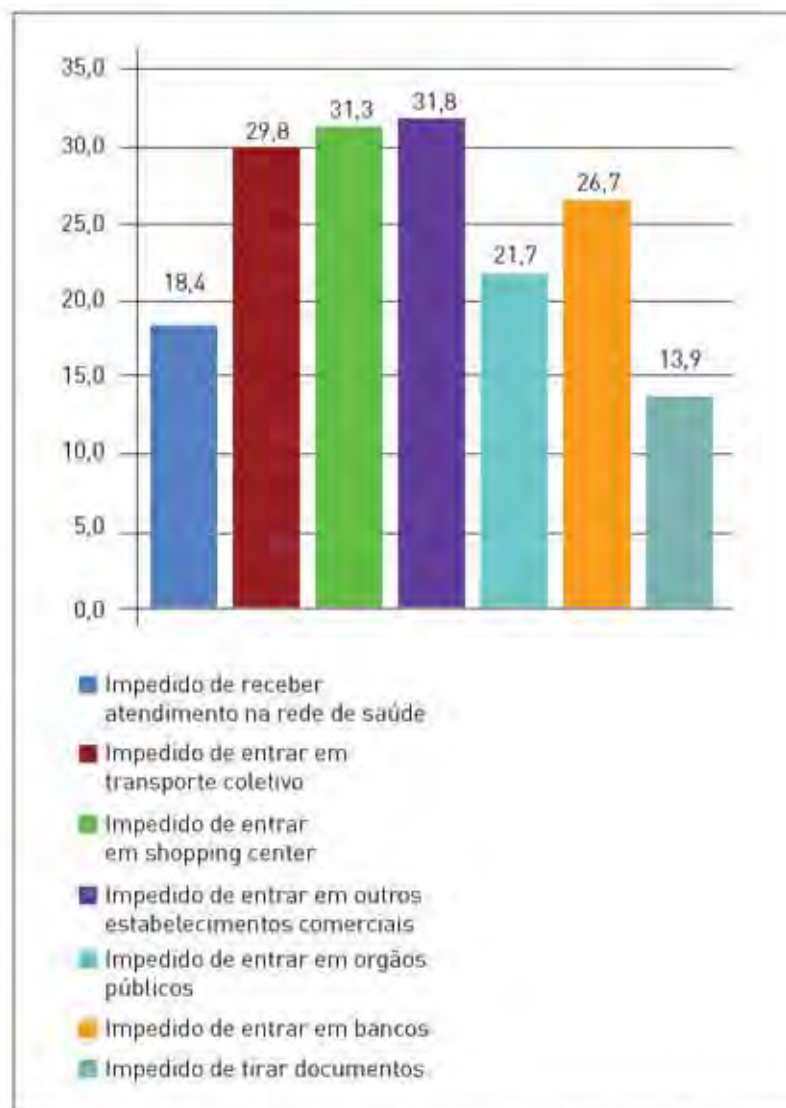
A grande maioria desta população não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada – BPC (1,3%).

A cobertura dos programas governamentais é pequena na população em situação de rua e os grupos que menos recebem são os jovens (na faixa etária de 18 a 24 anos, 92,6% não recebem, enquanto que entre aqueles com 55 anos ou mais, 73,6% não recebem); os que dormem na rua (91,3% não recebem, contra 77,1% dos que pernoitam em albergues); e os mais pobres (94,9% dos que ganham semanalmente até R\$ 20,00 não recebem, bem como 86,4% dos que possuem renda semanal superior a R\$ 120,00).

### DISCRIMINAÇÕES SOFRIDAS

As pessoas em situação de rua sofrem muitas discriminações, sendo impedidas de entrar em diversos locais e de realizar atividades que necessitam ou desejam. Muitas nem tentam entrar em certos locais para evitar o constrangimento decorrente da provável expulsão. Para avaliar tais discriminações, os entrevistados foram perguntados somente sobre impedimentos sofridos, sem que fossem considerados os casos de pessoas que optaram por nem sequer tentar (Graf. 3).

Gráfico 3 - População em situação de rua segundo impedimento de entrar em locais e realizar atividades



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

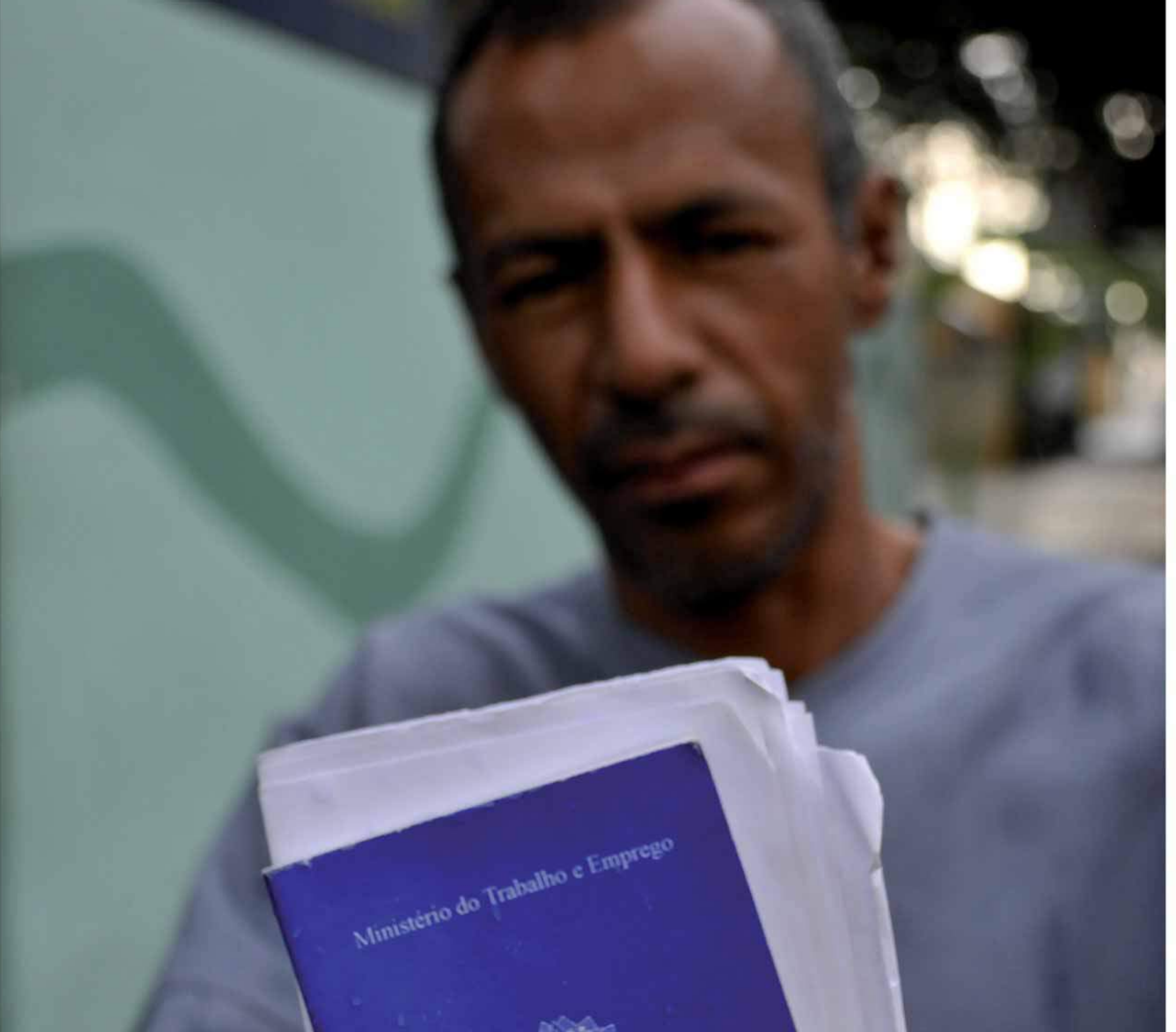
O cruzamento dos dados mostrou que 54,5% das pessoas em situação de rua entrevistadas já foram impedidas de praticar pelo menos uma das atividades citadas anteriormente.

#### **PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA**

A grande maioria desta população (95,5%) não participa de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação. Entre os movimentos sociais dos quais as pessoas em situação de rua disseram participar, destacaram-se movimentos religiosos (31,3%) e movimentos populares (7,2%).

Além disso, a maioria (61,6%) não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto para a escolha dos representantes parlamentares e dos executivos governamentais, uma vez que não possui título de eleitor. Impedidas de exercer o direito de voto, essas pessoas não possuem representantes nas esferas decisórias o que as impede muitas vezes de fazer valer o seu legítimo direito de pressão em defesa dos seus interesses políticos.





Ministério do Trabalho e Emprego

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações colhidas neste I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, pode-se concluir, primeiramente, que as pessoas em situação de rua constituem uma parcela da população brasileira, nos limites inferiores de pobreza e vulnerabilidade. É uma população que, além de extremamente pobre, é escassamente escolarizada e se compõe predominantemente por negros, que, embora estando predominantemente em idade economicamente ativa, não conseguem inserção no mercado de trabalho formal.

Apesar de estas características confirmarem, em certa medida, uma percepção comumente difundida, há de se considerar que, ao mesmo tempo, os dados indicam a provável tendência de alteração do perfil tradicionalmente encontrado em situação de rua. Os dados permitem afirmar que se trata de uma população formada por trabalhadores com algum nível de formação (ainda que precário) e que ocupam, sempre que possível, espaços no mercado de trabalho – formal ou informal – para garantirem sua sobrevivência. Todavia, esta inserção é cada vez mais difícil, considerando-se às características do competitivo mercado laboral, fazendo com que este segmento não possua condições de se manter fora das ruas. Nesse sentido é interessante observar a presença, pequena, porém significativa, de pessoas com formação universitária em situação de rua, fenômeno observado atualmente em grandes cidades dos países desenvolvidos.

Os dados examinados também permitem concluir que, ao contrário do que aconteceu no início do processo de desenvolvimento urbano brasileiro, marcado pela intensa migração campo-cidade, atualmente

as pessoas que se encontram em situação de rua não correspondem a este perfil. Os dados coletados demonstram que a maioria dessas pessoas é originária do mesmo município em que se encontra ou se deslocou de municípios situados no mesmo estado.

Em contrapartida, é importante ressaltar que a cristalização da situação de rua – indicada pelo maior tempo de permanência na rua –, conduz a uma situação crônica de difícil reversão, onde a baixa ou nenhuma escolaridade, pobreza, desemprego, problemas de saúde e discriminações sociais vivenciadas, entre outros fatores apontados pela pesquisa, cruzam-se, estabelecendo um denso quadro de isolamento social deste público.

Por fim, a constatação de que as pessoas em situação de rua apresentam um perfil indicativo de menores probabilidades de reintegração social e profissional, ressalta a necessidade de maior atenção a este contingente, por meio de políticas públicas mais abrangentes, que incluam, além da ampliação e reorganização das instituições de albergamento, cursos de formação, aperfeiçoamento, atualização nas áreas profissional e de cidadania e saúde, assim como oportunidades para a realização de atividades remuneradas de trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal/ MDS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l.], março 2008a. v.1 – Metodologia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua. [S.l.], março 2008b. v. 2 – Resultados.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (org.), No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SCOREL, Sarah. A saúde das pessoas em situação de rua. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, 2009.

QUIROGA, Junia., NOVO, Marina. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, 2009.

Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório final do primeiro censo nacional e pesquisa amostral sobre a população em situação de rua. Porto Alegre, 2008.

Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. São Paulo: FIPE/ PMSP, 2003.

Secretaria de Assistência Social de Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania. População em situação de rua na cidade de Recife: censo e análise qualitativa. Recife: IASC, [200-]. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>. Acesso em: abril de 2008.

## ANEXO – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
ANANINDEUA	484.278	116	0,024
ANÁPOLIS	325.544	223	0,069
APARECIDA DE GOIÂNIA	475.303	188	0,040
ARACAJU	520.303	197	0,038
BAURU	347.601	152	0,044
BELÉM DO PARA	1.408.847	403	0,029
BELFORD ROXO	480.555	248	0,052
BETIM	415.098	47	0,011
BOA VISTA	249.853	67	0,027
BRASÍLIA	2.455.903	1734	0,071
CAMPINA GRANDE	371.060	70	0,019
CAMPINAS	1.039.297	1027	0,099
CAMPO DOS GOYTACAZES	426.154	138	0,032
CAMPO GRANDE	724.524	313	0,043
CANOAS	326.458	94	0,029
CARAPICUÍBA	379.566	189	0,050
CARIACICA	356.536	131	0,037
CAXIAS DO SUL	399.038	58	0,015
CONTAGEM	608.650	172	0,028
CUIABÁ	526.830	229	0,043
CURITIBA	1.797.408	2776	0,154
DIADEMA	386.779	176	0,046
DUQUE DE CAXIAS	842.686	324	0,038
FEIRA DE SANTANA	571.997	237	0,041
FLORIANÓPOLIS	396.723	426	0,107
FORTALEZA	2.431.415	1701	0,069
FRANCA	319.094	78	0,024
GOIÂNIA	1.244.645	563	0,045
GUARULHOS	1.236.192	130	0,011
ITAQUAQUECETUBA	334.914	87	0,026

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
JABOATÃO DOS GUARARAPES	665.387	270	0,041
JOÃO PESSOA	674.762	205	0,030
JOINVILLE	487.003	274	0,056
JUIZ DE FORA	513.348	607	0,118
JUNDIAÍ	342.983	139	0,041
LONDRINA	497.833	296	0,059
MACAPÁ	344.153	86	0,025
MACEIÓ	896.965	372	0,041
MANAUS	1.646.602	463	0,028
MARINGÁ	325.968	226	0,069
MAUÁ	402.643	211	0,052
MOGI DAS CRUZES	362.991	310	0,085
MONTES CLAROS	352.384	54	0,015
NATAL	774.230	223	0,029
NITERÓI	474.002	529	0,112
NOVA IGUAÇU	830.672	649	0,078
OLINDA	391.433	217	0,055
OSASCO	701.012	140	0,020
PALMAS	178.386	16	0,009
PELOTAS	339.934	106	0,031
PIRACICABA	358.108	192	0,054
PORTO VELHO	369.345	58	0,016
RIBEIRÃO PRETO	547.417	441	0,081
RIO BRANCO	290.639	90	0,031
RIO DE JANEIRO	6.093.472	4585	0,075
SALVADOR	2.892.625	3289	0,114
SANTO ANDRÉ	667.891	349	0,052
SANTOS	418.288	713	0,170
SÃO BERNARDO DO CAMPO	781.390	558	0,071
SÃO GONÇALO	960.631	289	0,030
SÃO JOÃO DO MERITI	464.282	130	0,028

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	402.770	149	0,037
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	594.948	1633	0,274
SÃO LUIS	957.515	284	0,030
SÃO VICENTE	323.599	180	0,056
SERRA	385.370	136	0,035
SOROCABA	559.157	127	0,023
TERESINA	779.939	370	0,047
UBERLÂNDIA	608.369	196	0,032
VILA VELHA	398.068	168	0,042
VITÓRIA	314.042	296	0,094
<b>TOTAL</b>	<b>52.253.807</b>	<b>31922</b>	<b>0,061</b>

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/2008.







# A SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

**Sarah Escorel**

Médica sanitarista, mestre em Saúde Pública, doutora em Sociologia, Pesquisadora titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)



## **P** REMISSAS INICIAIS

Na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, o movimento sanitário<sup>1</sup> cunhou o conceito ampliado de saúde que abrange mais do que a atenção médica, assim como supera, em detalhes e na sua determinação social, o tradicional conceito da Organização Mundial de Saúde.

"Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida" (Brasil, 1986).

Esse conceito de saúde, assim como várias das deliberações da 8ª CNS, foram plasmados no texto constitucional de 1988, que garante a toda população brasileira o direito à saúde.

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Brasil, 1988).

Pessoas que vivem nas ruas, temporária ou permanentemente, sofrem a experiência da exclusão social em suas diferentes dimensões: sociofamiliar, econômico-ocupacional, política ou de cidadania, cultural e da própria vida (Escorel, 1999; 2000).

"No âmbito da própria vida podem ser analisadas trajetórias de inserção/desvinculação por meio de fenômenos relacionados à saúde/doença e à violência. Entre o pólo positivo de uma vida saudável e longa e o pólo negativo da morte, encontramos diversos episódios de morbidade, mortalidade, diferenças de esperanças de vida, gravidade de patologias, incidência 'preferencial' de causas de doenças e mortes em determinados grupos sociais, além de iniquidades existentes em relação ao acesso e à utilização dos serviços de saúde de qualidade. Todos esses fenômenos revelam tanto a distinção que há entre viver e sobreviver quanto o grau de dificuldades encontradas por uns e por outros para permanecerem vivos" (Escorel, 2000: 145).

Tendo em mente o conceito ampliado de saúde e a garantia do direito à saúde, são analisadas as condições de saúde e de acesso aos serviços de saúde da população em situação de rua a partir dos dados obtidos no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008a; 2008b).

<sup>1</sup> Sobre este assunto, cf. Escorel, 1998; 2008.

### SAÚDE – CAUSA E CONSEQUÊNCIA DA SITUAÇÃO DE RUA

A situação de saúde das pessoas em situação de rua pode revelar tanto as causas quanto as consequências da vida nas ruas. O alcoolismo e o consumo de drogas, por exemplo, podem ser elementos de processos de fragilização e ruptura dos vínculos familiares e ocupacionais prévios à ida para as ruas. Por outro lado, o consumo abusivo de álcool e, em menor escala e frequência, de outras drogas, parece fazer parte do necessário “processo de anestesia” para a permanência das pessoas em situação em rua.

“A população em situação de rua costuma usar abusivamente o álcool e outras drogas, seja por comportamentos e hábitos anteriores ou pelos adquiridos em função da necessidade de não sentir o frio e de esquecer as realidades adversas” (Brasil, 2008a:9).

Problemas psíquicos e distúrbios psiquiátricos são também arrolados como causas da existência de pessoas vivendo nas ruas, particularmente em países que implementaram processos de desospitalização sem o estabelecimento de políticas e programas de proteção social aos loucos e seus familiares.

Entre os problemas de saúde gerados pela vida nas ruas, encontramos problemas respiratórios como pneumonias e tuberculose, problemas dermatológicos diversos, lesões externas por atropelamentos, brigas e outras formas de violência, e a presença de HIV/AIDS. Todas constituem morbidades passíveis de serem adquiridas pela existência nas ruas que podem ou não se sobrepor a doenças pré-existentes, como hipertensão arterial, diabetes e outras muito comuns na população

brasileira, que são agravadas, todavia, pelas condições da vida na rua. Considerando o conceito ampliado de saúde, examinamos os dados encontrados pela pesquisa sobre as variáveis que determinam as condições de saúde. A grande maioria da população investigada é composta por homens (82%) em idade produtiva (18 a 54 anos) (86%). A vulnerabilidade educacional incide sobre 64% do grupo pesquisado – 15% nunca estudaram e 48% têm o primeiro grau incompleto. Um quarto dos entrevistados não é alfabetizado (17%) ou só sabe assinar o nome (8%). A maior parte (53%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, ou seja, menos de um salário mínimo mensal, o que os caracteriza como miseráveis ou indigentes.

Cerca de 70% costumam dormir na rua, 22% dos pesquisados dormem em albergues ou instituições similares e 8% alternam entre a rua e o albergue. A comparação das principais características (sexo, idade, escolaridade, cor ou raça e nível de renda) entre os que costumam dormir nas ruas e os que fazem uso mais frequente de albergues, mostrou a distinção entre os dois grupos, com maior vulnerabilidade de escolaridade e rendimentos dos primeiros. Essa distinção se manteve em relação à posse de documentos de identidade: percentuais menores dos que costumam dormir nas ruas possuem carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, certidão de nascimento ou casamento, e título de eleitor.

A pesquisa reitera a configuração de dois grupos distintos:

"o grupo majoritário, que costuma dormir na rua e o grupo minoritário que pernoita em albergue. Dormir na rua ou em albergue não significa apenas uma opção por um local de pernoite. Evidencia a existência de perfis sociais e comportamentais distintos de dois grupos que integram o mesmo universo da situação de rua" (Brasil, 2008b:27).

Esses dois grupos, além de serem diferentes entre si por diversas características, o são também pelos motivos que os levaram à situação de rua: "os que dormem na rua apresentam quadros de rupturas e doenças de caráter mais permanente" (Brasil, 2008b:28). Dessa forma, estabelece-se uma hierarquia social em que os albergados estão em posição superior.

Entre os 1823 pesquisados que se declararam oriundos de outros municípios, cerca de 7% (126) alegaram tratamento de saúde como motivo da ida à cidade de moradia atual, configurando o quarto motivo mais mencionado, ainda que em proporções muito menores do que a busca por trabalho (45%) e os conflitos familiares (18%). Em relação a isso, na pesquisa, conclui-se que

"A busca de acesso aos serviços públicos, característica das migrações nas décadas de 1960, 1970 e 1980 se manifestaram no momento atual, minoritariamente e mais restritas à área de saúde" (Brasil, 2008b:38).

As condições de saúde estão também fortemente relacionadas com o tempo de moradia nas ruas, sobretudo daqueles que costumam dormir nas ruas. A pesquisa revelou que um terço das pessoas vive nas

ruas há mais de 5 anos, indicando um processo de cronificação e cristalização da situação de rua.

Embora os problemas com familiares, em conjunto, sejam citados por maior percentual de entrevistados como motivações para a ida para as ruas, o uso abusivo de álcool e outras drogas foi a causa isolada mais mencionada (36%). "Tratamento de saúde" foi referido por 6% dos entrevistados. Outros motivos relacionados com as condições de saúde foram citados por menos de 1% dos entrevistados, como problemas psiquiátricos (0,18%), ou o fato de ter sofrido algum acidente (0,10%). Ainda que os problemas psiquiátricos tenham sido pouco mencionados como causa da ida para as ruas,

"a desorganização psíquica também se destacou como um dos principais motivos de recusa de responder à entrevista: 14,0% dos que se recusaram (13,4% do universo de recenseados) apresentaram problemas mentais aparentes" (Brasil, 2008b:42).

Além dos 17% que informaram ter histórico de internação em hospital psiquiátrico, 28% mencionaram terem passado por casas ou clínicas de recuperação de dependentes químicos. Segundo a pesquisa, os dados

"indicam possíveis associações [entre] trajetórias de institucionalização, nas proporções indicadas e situação de rua. Os problemas de dependência química, desorganização psíquica, atos infracionais e necessidades de proteção social, inclusive durante a infância e a adolescência, remetem à consideração de que um histórico de institucionalização nas instituições referidas significa, em alguma medida, propensão à situação de rua" (Brasil, 2008b:45).

Aspectos relacionados com a saúde do trabalhador como condições insalubres de trabalho, jornadas extensas e riscos de acidentes devem ser considerados na análise das ocupações exercidas nas ruas, ou seja, o trabalho nas ruas é também causa de problemas de saúde. Dos 70% que exercem alguma atividade remunerada, as mais frequentes são: catador de materiais recicláveis (28%), guardador de carros (14%), construção civil e vendas (ambos por 6%), limpeza (4%) e carregador/estivador (3%). Embora seja o segundo grupo em frequência de ocupação, apenas uma minoria de 16% das pessoas pede dinheiro como principal meio para a sobrevivência (Brasil, 2008b: 52).

Nas considerações sobre as atividades ocupacionais das pessoas em situação de rua a pesquisa considera:

“... a população em situação de rua é composta, majoritariamente, por trabalhadores pobres. Não se tratam de pessoas desqualificadas, de acordo com as informações por eles fornecidas, mas de pessoas que passaram por processo de desqualificação social, ou seja, são percebidas como desqualificadas e são socialmente discriminadas” (Brasil, 2008b:55). “Não se trata de pessoas destituídas de conhecimentos e habilidades, mas de pessoas que são percebidas como desqualificadas e são socialmente discriminadas” (Op., cit., p. 61).

Outro aspecto de importância fundamental nas condições de saúde da população em geral e extensivamente desta população específica é a sua nutrição, isto é, a quantidade e qualidade da alimentação. Os dados da pesquisa não permitem essa avaliação, mas dão algumas pistas. Oitenta por cento dos entrevistados afirmaram fazer pelo menos uma

refeição ao dia. Um terço dos que pedem dinheiro para sobreviver informaram que não se alimentam todos os dias. As formas mais usuais de obtenção dos alimentos são o pedido a pessoas que passam, comerciantes ou em residências (33%), a compra com dinheiro próprio (27%), programas assistenciais (16%) e instituições (10%). Três por cento informaram obter o alimento catando em lixeiras.

A grande maioria (94%) dos que pernoitam em albergues costumam se alimentar todos os dias, enquanto 75% dos que dormem na rua fazem o mesmo. Cerca de 10% dos albergados e 41% dos que dormem na rua costumam pedir comida, e 1% dos que dormem em albergues e 4% dos que dormem na rua costumam catar alimentos em lixeiras.

De forma associada e combinada, todos esses aspectos interferem nas condições de saúde, piorando doenças pré-existentes – que podem ter sido ou não as causas da ida para as ruas – e/ou provocando outras doenças, pelo fato de residirem nas vias públicas em condições insalubres, indignas e desumanas. Entre os diversos subgrupos que as variáveis acima mencionadas conformam, os mais vulneráveis, considerando a determinação social do processo saúde/doença e o conceito ampliado de saúde, são os 70% que costumam dormir nas ruas, os 25% analfabetos ou analfabetos funcionais, os 53% com rendimentos miseráveis, os 30% que vivem nas ruas há mais de 5 anos, os 13% com 55 ou mais anos de idade, os 20% que não se alimentam todos os dias e os 4% dos que dormem nas ruas e que costumam catar alimentos em lixeiras.

UNIVERSIDADE DO BRASIL

M.S.; HOSPITAL PINEL  
S.N.P.E.S. D.N.S.M

PRONTUÁRIO: Nº 63177

NOME: ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA

Conto

JUSTIÇA FEDERAL  
DE 1º GRAU

Av. ANITA GARIBALDI



### CONDIÇÕES DE SAÚDE

A pesquisa apresenta um capítulo específico sobre condições de saúde da população em situação de rua. As perguntas feitas para uma amostra representativa dos entrevistados referiam-se à auto-avaliação do estado de saúde, à existência e especificação de problemas de saúde, ao uso de medicamentos e sua forma de obtenção, e à utilização de serviços de saúde.

Incorporamos nesta parte também as informações relacionadas com as condições cotidianas de higiene pessoal.

Trinta por cento dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde, percentual que a pesquisa considera que pode estar subestimado já que possivelmente certos hábitos (alcooolismo, tabagismo) ou doenças crônicas não são considerados como problemas de saúde (Op. cit, p.76).

**Tabela 1**

Auto-avaliação do estado de saúde da população em geral, de pessoas com renda familiar mensal de até 1 salário mínimo e da população em situação de rua

Auto-avaliação do estado de saúde	%
Estado de saúde bom ou muito bom – população em geral <sup>1</sup>	78,6
Estado de saúde bom ou muito bom – renda familiar mensal de até 1 salário mínimo <sup>1</sup>	72,7
Não tem problemas de saúde – população em situação de rua <sup>2</sup>	62,3

Fontes: [1] IBGE/PNAD, 2003; [2] Brasil, 2008b



A pesquisa identificou uma relação inversamente proporcional entre rendimentos e problemas de saúde. Porém, como as faixas de rendimentos situam-se em patamares muito baixos e as diferenças percentuais entre os dois grupos são extremamente pequenas (2%) não é possível fazer afirmações conclusivas. Além disso, assim como no restante da população, o número de pessoas com problemas de saúde aumenta com a faixa etária.

Paradoxalmente, os entrevistados que costumam dormir em albergues, situados num patamar superior da hierarquia social das pessoas em situação de rua, declararam ter problemas de saúde em maior proporção (47%) do que os que costumam pernoitar nas ruas (24%). A pesquisa considera os seguintes fatores explicativos deste fenômeno: o termo 'albergue' abrange um conjunto de instituições que inclui hospitais e clínicas; entre os moradores de albergues há maior percentual de pessoas idosas; e, possivelmente, os que têm problemas de saúde buscam pernoitar em albergues.

A pesquisa amostral perguntava aos entrevistados sobre a existência de problemas de saúde e em caso positivo estes poderiam se referir a até três. Foram construídas três listas com os problemas de saúde mencionados. A primeira totalizou 855 sinais e sintomas, a segunda 112 e a terceira lista continha 22 problemas de saúde.

O relatório indica que os problemas de saúde mais citados foram: hipertensão arterial (10%), desordem psiquiátrica ou mental (6%), diabetes e AIDS (ambos com 5%). A pesquisa verificou que a proporção encontrada de hipertensão referida entre as pessoas em situação de rua é bastante similar à encontrada pela PNAD de 1998 – 8% dos homens

e 13% das mulheres. O mesmo aconteceu em relação aos distúrbios mentais – 6% entre as pessoas em situação de rua e 5% entre homens e mulheres verificados pela PNAD de 1998. Entretanto, a consonância desse tipo de problema entre os que vivem nas ruas e a população em geral é refutada por outros dados da pesquisa: 17% apresentaram histórico de internação psiquiátrica e 14% dos que se recusaram a responder a entrevista o fizeram em função de distúrbios mentais aparentes (Op. cit., p.81).

A prevalência de pessoas vivendo com HIV/AIDS entre os pesquisados (5%) foi considerada como pequena e, provavelmente, subestimada pela dificuldade de acesso à assistência de saúde, pelo preconceito que envolve a doença e pela ausência de uma pergunta específica sobre cada problema de saúde mencionado.

Os principais problemas mencionados, – ou seja, os primeiros mencionados durante a entrevista – foram agrupados por aparelhos e sistemas sem o rigor da Codificação Internacional de Doenças. Problemas cardíacos incluindo hipertensão arterial foram os mais citados (14%), seguidos de problemas mentais (10%) que incluem, além de distúrbios psiquiátricos, depressão, esquizofrenia, amnésia, distúrbio bipolar, ataque nervoso, agitação e hipocondria. O terceiro grupo de problemas de saúde mais referidos foram os respiratórios (10%), abrangendo tuberculose, asma, bronquite, pneumonia, ou simplesmente problema respiratório.

Dores foram mencionadas por 8% dos entrevistados – cervical, de cabeça, no corpo, em geral. Entre 5 e 6% dos entrevistados informaram problemas de origem endócrina (diabetes, hipotireoidismo e ácido úrico),



